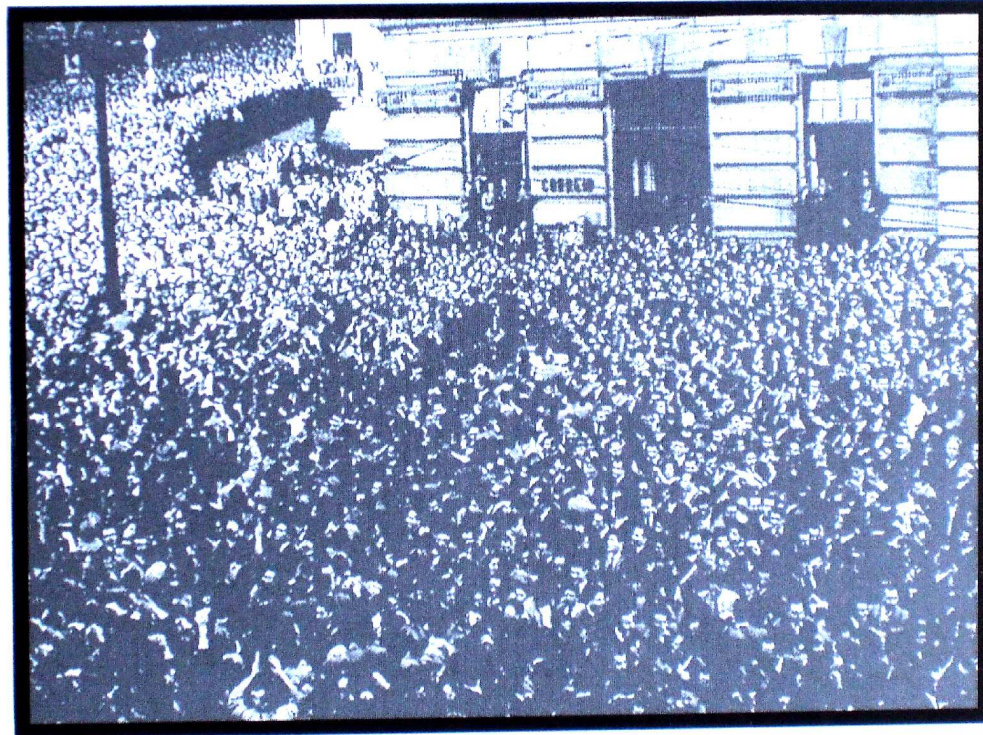


JORGE FERNANDES ALVES

# O FURACÃO «DELGADO» E A RESSACA ELEITORAL DE 1958 NO PORTO



CLC - FLUP  
PORTO - 1998

**JORGE FERNANDES ALVES**

**O FURACÃO “Delgado”  
e a Ressaca Eleitoral de 1958  
no Porto**

**CLC  
Centro Leonardo Coimbra da FLUP  
1998**

## O FURACÃO "DELGADO" NO DISTRITO DO PORTO

- Números e documentos das eleições presidenciais de 1958<sup>1</sup>

Jorge Fernandes Alves  
Faculdade de Letras da U. do Porto

*Efectivamente a principal candidatura Opositorista, aquela que iria disputar a eleição até final, a candidatura Humberto Delgado, nasceu nesta cidade e foi chamada desde início a candidatura do Porto. O título não enobrece os portuenses, antes pelo contrário, mas temos de o aceitar como uma realidade política, com características de permanência, pois desde há muito, e nomeadamente em anteriores campanhas eleitorais, o Porto aparece como o foco mais activo da Oposição em todo o País e nada indica que este estado de coisas se venha a modificar.*

Relatório do Governador Civil do Porto  
ao Ministro do Interior (14.6.1958)

A candidatura presidencial do general Humberto Delgado surgiu como um verdadeiro "furacão" na paisagem política portuguesa de 1958. Quando tudo se preparava para um "remake" das eleições presidenciais anteriores, de disputa inconsequente e desistência à boca das urnas por parte da oposição, eis que alguém ganha credibilidade e surge como alternativa, captando as simpatias de figuras com as mais diversas conotações políticas e, sobretudo, das massas anónimas. O assumido comportamento de coragem por parte de candidato, logo crismado de "general sem medo", a sua passagem empenhada pelo regime a conferir-lhe conhecimento de causa, a promessa de liberalização, o modelo político ocidental que perfilhava, eis alguns dos ingredientes que explicam a adesão popular. Adesão que obrigou a tradicional "oposição democrática" a dar-lhe o seu apoio, ainda que na recta final, colando-se aos efeitos devastadores para a "situação" que a candidatura prometia. O que representou esse momento de turbulência e as suas consequências estará presente ainda na memória de muitos. O que pretendemos agora, em termos de contribuição para o conhecimento histórico, é uma primeira descida aos bastidores da "situação", observando as primeiras reacções do poder instalado, na

---

<sup>1</sup> Retoma-se aqui o texto publicado na revista *ENCONTROS de divulgação e debate em estudos sociais*, nº 2, 1995, por ter saído amputado de uma parte significativa do corpo documental então seleccionado, devido a deambulações tipográficas. Aproveita-se a oportunidade para ampliar essa selecção e desta forma participar nas comemorações dos 40 anos das eleições de 1958, chamando naturalmente a atenção para as diversas publicações que, entretanto, se produziram neste contexto.

sua componente periférica - governo civil e presidentes de câmaras, relativamente ao distrito do Porto. Para isso transcrevemos aqui um conjunto de relatórios existentes no Arquivo do Governo Civil do Porto<sup>2</sup>, relatórios de justificação e de tentativa de explicação vindos do interior do "regime", antecedendo-os de uma breve apresentação.

### 1. O clima político

O ano de 1958 iniciava-se aparentemente calmo, segundo a leitura dos jornais da época<sup>3</sup>. Os balanços anuais que *O Comércio do Porto* apresentava nos inícios de cada ano para diversos sectores da actividade surgiam pachorrentos. "Portugal continua a ser um país agrícola e é de crer que continuará assim por muito tempo", sentenciava Pacheco de Amorim naquele diário, reconhecendo que o ano findo fora mesmo muito positivo para os cereais de pragana, só a colheita do vinho destoara, indiciando subida de preços. E na produção industrial reconhecia-se crescimento, a que não eram estranhas as medidas do plano de fomento. Note-se que o primeiro comboio eléctrico começou a circular em regime experimental entre Lisboa e Santarém logo em Janeiro, ao mesmo tempo que decorriam obras para a construção da auto-estrada Lisboa - Vila Franca de Xira. E, nesse mesmo mês, dos lados da situação política dominante, vinha um sinal de simpatia para com o Porto, com o deputado Urgel Horta a defender de novo, na reabertura da Assembleia Nacional, a criação da Faculdade de Letras, encerrada desde os primeiros tempos da Ditadura. No contexto internacional, apenas alguns sintomas de preocupação portuguesa com a emergência do Mercado Comum e suas eventuais repercussões sobre a economia nacional.

Em termos internos, dentro da rotina política, comemoravam-se os 30 anos de poder de Salazar, cuja situação parecia mais sólida do que nunca, após o reconhecimento internacional de que vinha sendo objecto no pós-guerra por parte das grandes potências ocidentais, como se prova com diversas visitas de Estado. Estavam ultrapassadas, pois, algumas dúvidas iniciais sobre a viabilidade do salazarismo com a derrota do Eixo. Aproximava-se, apenas, o término do mandato presidencial de Craveiro Lopes, devendo realizar-se eleições presidenciais no domingo mais próximo dos 60 dias antes do termo do mandato, ou seja, a 8 de Junho. E as ligeiras fracturas que se sentiam no interior de regime (sobretudo entre as correntes militares) não revestiam qualquer perigo insuperável para uma velha raposa da política como era Salazar.

Da oposição tradicional esperava-se a candidatura de Cunha Leal, o velho e prestigiado político republicano, de tendências conservadoras, talvez para desistir à boca das urnas e denunciar a falta de condições políticas para a actividade democrática, como vinha sendo usual neste tipo de eleições. Mas eis que, tomando a dianteira, um grupo de oposicionistas do Norte do País subscrevia uma candidatura inesperada e apresentada como independente: a do general Humberto Delgado, antigo adido militar nos Estados Unidos e director-geral da Aeronáutica

---

<sup>2</sup> Arquivo do Governo Civil do Porto, Documentação avulsa, *Pasta com documentos relativos às eleições presidenciais, 1958* - M1195.

Civil, um homem que emergia da "situação" para a denunciar e figurar como alternativa, convertido que estava ao "modelo americano" de fazer política. Candidatura que, naturalmente, fora construída por pessoas próximas do general, de entre opositores de sempre (como António Sérgio) ou por dissidentes da situação (como Henrique Galvão), os quais buscavam no Norte apoio face às resistências sentidas nos meios lisboetas da oposição. Pouco depois o Eng. Cunha Leal declarava não aceitar a sua candidatura por motivos de saúde. E da "Oposição Democrática", ainda não convencida pelo candidato independente, surgia outro nome - Arlindo Vicente. Finalmente a "União Nacional" apresentava o seu candidato, o contra-almirante Américo Tomás, então ministro da Marinha, o que significava, por sua vez, a ruptura de Salazar com Craveiro Lopes, o presidente cessante, cuja candidatura a União Nacional não subscreveu.

A 19 de Abril, o processo de candidatura de Delgado era entregue no Supremo Tribunal de Justiça assinado por 230 eleitores do Porto, e logo uma delegação, constituída por Sebastião Ribeiro, Manuel Coelho dos Santos, Jaime Vilhena de Andrade, Artur Oliveira Valença, Artur Santos Silva e Rodrigo Abreu, se deslocava a Lisboa para estabelecer com os adeptos lisboetas desta candidatura os planos da campanha eleitoral. Aos poucos crescem os apoios. Saudosista mas pragmático, o directório do Partido Republicano Português, em face do programa apresentado, resolve "dar o seu apoio à candidatura independente de Humberto Delgado por ela, deste modo, corresponder aos anseios de liberdade do povo português, consignada na Constituição da República de 1911". O Directório Democrático-social tomava uma posição idêntica.

Com efeito, a proclamação de Humberto Delgado consignava uma plataforma de convergência para várias vozes discordantes do Regime. Denunciava as anomalias e limitações políticas do "regime". Defendia a necessidade de voto e reagia contra a habitual abstenção e apatia do eleitorado neste domínio. Evidenciava as contradições entre o prescrito na Constituição e a prática do governo. Denunciava a hegemonia de um partido e o habitual recurso à expulsão dos empregos e ao encarceramento dos discordantes políticos. Propunha a amnistia dos presos políticos e a reintegração dos civis e militares afastados. Em suma, conforme dizia António Macedo na altura, era preciso tomar uma atitude - "lutar contra o medo", e o general apresentava-se como um homem "sem medo".

Humberto Delgado era um homem inatacável face à tradicional campanha sectária que a União Nacional desenvolvera em eleições anteriores, defendia uma circular dos seus serviços de candidatura. Ele vinha do sistema e fora um dos cadetes do 28 de Maio. Ora se o exército afastara anteriormente a República da constitucionalidade normal, *era justo que agora um dos seus elementos, através de processos legais, reintegrasse o País no rigor constitucional, fazendo vigorar os direitos e garantias que, ainda assim, a Constituição de 1933 expressava*. Um discurso que culminaria na célebre conferência de imprensa, do café Chave de Ouro, em Lisboa, ou antes, no dizer da imprensa, "no acto público de propaganda a que assistiram algumas centenas de pessoas que manifestaram a sua vibração em frequentes momentos". Aí,

---

<sup>3</sup> Servimo-nos aqui dos jornais *O Comércio do Porto* e *Jornal de Notícias*.

apresentando-se como candidato sem compromissos, Delgado deslumbra a assistência, quando interrogado sobre o seu futuro procedimento para com o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar. "Obviamente, demito-o", foi a frase fatal.

Uma afirmação catalizadora de um ambiente já em combustão, com a União Nacional a verberá-la, a considerá-la uma afronta e um insulto à inteligência por representar "um ataque frontal à mais representativa figura de Portugal das últimas três décadas". Contra todas as normas, o próprio director da P.I.D.E. se viu obrigado a vir para os jornais prestar esclarecimentos sobre uma onda de prisões de opositores. Face à acusação de provocar repressão para produzir alheamento em relação ao acto eleitoral, o referido director negava tal propósito, considerava a expressão da oposição "avassaladoras vagas" um exagero, discordando do grau mas confirmando que havia um total de "apenas" 87 detenções. E a censura passou a filtrar esses exageros da oposição nos comunicados à imprensa, procurando evitar a denúncia do espectáculo de "fraudes e simulações" do acto eleitoral. Por sua vez, o ministro do Interior explicará que a apreensão dos cartazes de propaganda das sedes da candidatura de Delgado se justificava pelas expressões que apresentavam, pois eram de "carácter subversivo, contendo expressões de instigação ao ódio e à revolta", argumento frequentemente utilizado para dar cobertura aos actos policiais.

Mas o Porto vibrava particularmente com a eleição presidencial. A visita apoteótica de Delgado à Cidade constituía um novo acontecimento dentro do quadro eleitoral, numa manifestação que na altura foi avaliada em cerca de 200 mil pessoas, a vitoriá-lo num espectáculo impressionante. O comício do Coliseu não ficara atrás em entusiasmo. E o próprio candidato procurava potenciar este espírito, recuperando a tradição histórica da "cidade protestante" dos tempos liberais, com declarações flamejantes à saída do comício:

*- Sinto-me deslumbrado! Esta gente do Porto, insubmissa à tirania, acaba de me mostrar a luminosa estrada da Liberdade. O meu coração ficará no Porto, já que no Porto nasceu, como noutros momentos históricos, o indomável espírito de luta que só terminará com o triunfo da liberdade em Portugal.*

Neste quadro não podiam faltar os comunicados oficiais da Presidência do Conselho, advertindo para o "clima de agitação social, de desordem e intranquilidade pública", afirmando a sua preocupação em evitar a "criação de um ambiente emocional e propício a actos de carácter subversivo", prometendo "reprimir com a maior severidade". E para isso, a Polícia começou logo por alterar o percurso de Delgado no retorno a Lisboa, para evitar mais manifestações. Para a União Nacional, num discurso desvalorizador dos acontecimentos, a oposição estava dividida, com os comunistas activos e a "oposição envergonhada" a não tomar parte nas manifestações ao general, era uma "geleia morta", cheia de tédio, que, vivendo bem, achava que "trinta anos era demais" e só por fastio propunha a mudança. Terá a União Nacional ficado surpreendida quando no final de Maio é publicitado um acordo de "unidade opositora" entre os dois candidatos? Por esse acordo Arlindo Vicente desistia e passava a dar o seu apoio a Humberto Delgado, mediante um compromisso, em caso de êxito eleitoral, que, segundo os jornais da altura, consignava o seguinte:

- a) condições imediatas de aplicação do art. 8 da Constituição (garantias individuais);
- b) exercício duma lei eleitoral;
- c) realização de eleições livres, até um ano após a constituição do seu governo;
- d) libertação dos presos políticos e sociais;
- e) medidas imediatas tendentes à democratização do País.

No encerramento da campanha, Salazar, em discurso radiofundo, afirmava, para não deixar dúvidas, que iria "restabelecer e rapidamente, o ambiente de calma, essencial à vida colectiva, o que se fará em todas as circunstâncias e pelo emprego de todos os meios ao dispor da autoridade".

Finalmente, uma candidatura da oposição chegava até ao fim, não desistindo à boca das urnas. No dia 8 de Junho, a vontade de votar era evidente. No Porto, antes meia hora de as urnas abrirem, já longas filas de eleitores aguardavam vez, num espectáculo que os jornalistas apresentavam como nunca tendo sido visto igual.

## 2. Os números

Na contagem dos votos, o espanto para alguns, o esperado para a oposição. Ao entusiasmo eleitoral e às grandes manifestações populares não correspondia o sentido dos votos apresentados. Américo Tomás surgia como o grande vencedor, com 76% dos votos, e Humberto Delgado como o grande derrotado (23%), em termos nacionais (ver anexo com resultados finais para o distrito, por concelhos e assembleias de voto).

Para o distrito do Porto, Delgado só vencia no concelho de Vila Nova de Gaia, onde aparecia com 7760 votos contra 6979 para Américo Tomás. Resumidamente, os números do apuramento distrital eram os seguintes:

Inscritos	147382
Votantes	105358
Votos anulados	416
Votos para A. Tomás	69059
Votos para H. Delgado	35811

Números que, pela pequena dimensão do universo, desde logo nos mostram o carácter restritivo do recenseamento eleitoral, em relação ao qual não faltavam as mais diversas acusações. No que se refere a Delgado, a sua votação crescia nos concelhos peri-urbanos, com população industrial. Ganhava em Gaia, aproximava-se do opositor na Maia, em Matosinhos, em Santo Tirso, onde surgia em primeiro lugar nalgumas freguesias. Em termos globais, o resultado distrital era mais favorável a Delgado, que tinha no Porto 34%, logo acima da média nacional. Mas que significado podem assumir quaisquer números quando o que se questionava era todo o processo eleitoral, a começar no recenseamento e a acabar na fiscalização dos votos, sem esquecer a liberdade de acção política? Bastará ler os relatórios anexos dos presidentes de

câmara para compreendermos que todo o segredo das "eleições" residia na elaboração de um "bom" recenseamento eleitoral, isto é, afecto à "situação", do qual se excluía significativamente muitos daqueles que reconhecidamente eram adversos. Depois, havia todo um conjunto de manipulações conhecidas, que faziam votar ausentes.

Este tipo de manipulações não é assumido nos relatórios em anexo pelo tipo de eleições em causa e pelo impacto público que tiveram. Mas num relatório anterior, dirigido ao governador civil do Porto e referente às eleições para deputados em 1957, o presidente da câmara de Valongo, não tem qualquer problema em reconhecer a existência de práticas de "chapeladas", afirmando: "Como os resultados oficiais não correspondem à verdade, tem esta Câmara o dever de informar devidamente o Exm. Senhor Governador Civil fornecendo-lhe os resultados reais não só para uma apreciação justa de como decorreram estas eleições mas também com vista às medidas a tomar em futuros actos eleitorais. O facto das percentagens indicadas não serem as reais é de inteira responsabilidade dos presidentes das mesas que, no louvável intuito de bem servirem, falsearam os resultados sem necessidade". E apresentava um quadro comparativo:

Assembleias	% indicada	% real
Alfena	72,3	72,3
Campo	92,1	85,0
Ermesinde	79,8	66,1
Sobrado	88,4	82,3
Valongo	84,8	65,3

Quem acreditava poderia acreditar numa eleição com estes antecedentes, sem nada ter acontecido para tais práticas fossem ultrapassadas?

### 3. A ressaca

A partir do "furacão Delgado", que agitou o Regime como nunca antes, a situação política não voltou ao que era: a velha árvore do regime partira muitos galhos e o próprio tronco ficara abalado, a sua imagem teve de ser retocada, algumas estruturas alteradas. Aspecto já muito comentado, e que gerará um mal-estar crescente, com posteriores e crescentes manifestações de insatisfação, desde a imediata agitação operária, a tentativas de golpe militar e à crise estudantil, prolongando uma situação de instabilidade que culmina em 1962.

Mas o que propomos ao leitor é, como já dissemos, a apreciação de alguns documentos inéditos, relativos ao distrito do Porto, sendo da responsabilidade do governador civil, do Presidente da Comissão Distrital da União Nacional, de presidentes da Câmara e um último da autoria de um cidadão independente, o prestigiado dr. Pedro Veiga que, no uso de um dever cívico, levanta a sua voz contra as arbitrariedades do acto eleitoral.

3.1 - *Primeiro relatório sobre a eleição presidencial que apresenta o Governador Civil do Distrito do Porto*, dirigido ao Ministro do Interior.



Datado de 14 de Junho, é um documento de auto-justificação, mesmo em cima dos acontecimentos, um conjunto de notas pretensamente "precisas e objectivas" que começa por justificar o epíteto de "candidatura do Porto". Por ele se vê a capacidade de estratégia política que animava os políticos da "situação", pois, reconhecendo a grandeza da recepção portuense a Delgado, na sua opinião tudo teria sido diferente se "tivesse sido vedada a propaganda na via pública ao candidato". A recepção é explicada como fruto da coincidência da chegada do candidato com a hora de ponta da saída do serviço e a curiosidade dos populares. Por outro lado, apresenta a oposição como autênticos vendedores de banha da cobra, recorrendo à "mais baixa demagogia". Reconhece o papel da Igreja no controlo nacionalista dos votos, com raras excepções. Tem a coragem de reconhecer a União Nacional como "inoperante" e de revelar o que era sabido, ou seja, que a campanha situacionista foi desenvolvida a partir de um centro instalado no Governo Civil e, a nível concelhio, pelos presidentes da Câmara, quer dizer, pelas autoridades a quem cabia organizar e garantir a equidade no acto eleitoral. O sistema de recenseamento ainda não o satisfaz, defendendo "uma nova orgânica de recenseamento que permita a inscrição de todos quantos possam votar proveitosamente". Sublinha a anormalidade da enorme afluência às urnas. Ao comentar os resultados locais, reconhece que patrões e operários, funcionários públicos, membros de organismos militarizados, filiados da Acção católica e até da União Nacional tinham passado para a Oposição, pelo menos em Vila Nova de Gaia. E não esquece a imprensa diária, "um real perigo para a estabilidade do Regime", denunciando a actuação de dois jornais - *Jornal de Notícias* e *O Primeiro de Janeiro* - , que, a seu ver, usariam de subtilezas na apresentação de títulos e subtítulos tendenciosos, minimizando a propaganda que poderia favorecer a União Nacional, factos que atribuía aos chefes de redacção "comunistas ou pró-comunistas". Só o *Diário do Norte* se batera "galhardamente" pelo regime, apesar das "abordagens" que ele, governador civil, desenvolvera junto dos directores dos vários jornais, lamentando que não tivessem dado resultados tentativas anteriores para a aquisição do "Jornal de Notícias". E não se esquece de reconhecer os efeitos nefastos, junto da opinião pública, da prisão de múltiplos cidadãos por motivos políticos.

### 3.2 - *Relatório da Eleição Presidencial no Distrito do Porto*, pelo Presidente da Comissão Distrital

Faz um balanço quantitativo dos resultados eleitorais por concelhos, procurando explicá-los sociológica e economicamente. O ambiente urbano e fabril é a explicação para os resultados mais desfavoráveis ao candidato da União Nacional. O caso de Gaia é explicado pelo facto de uma grande parte da população deste concelho trabalhar no Porto, sofrendo a influência dos cidadãos, o que a tornava incontrolável pelos métodos usuais. Para o meio rural, encontra duas grandes razões para as votações desfavoráveis, centrando-as em práticas intervencionistas, ou seja, na regulamentação do comércio da batata e do plantio da vinha (proibição do "vinho americano"). Para o operariado, a fraca cobertura da previdência é apontada como a causa do

descontentamento. Explicações de curto alcance, mas que permitem algumas alfinetadas, como o reconhecimento de que não era possível argumentar para superar as queixas, já não bastavam as palavras elogiosas da orgânica corporativa, eram necessárias "obras provativas dos seus benefícios tangíveis". E não deixa de tirar ilações de sentido ambíguo: "Oxalá esta lição seja aproveitada pelas instâncias superiores"...

### 3.3 Circular do Governador Civil do Porto e Relatórios dos presidentes de Câmara sobre as eleições presidenciais

Acrescentamos a esta colectânea de documentos a circular do governador civil a solicitar um relatório minucioso sobre as eleições e das razões do descontentamento popular, bem como os respectivos relatórios dos presidentes de câmara, que procuram responder, uns de imediato, antecipando-se à circular, outros na sua sequência.

Não queremos tirar ao leitor o sabor genuíno da leitura de tais documentos, reveladores do papel de prolongamento do poder central e de agentes partidários que os presidentes da câmara desenvolviam nesta altura, papel estipulado, de resto, pelo Código Administrativo de 1938, que lhes retirou qualquer sentido de poder autárquico. Sublinhemos, porém, alguns tópicos do seu conteúdo, marcados por uma deficiente capacidade de análise política, mas que não perdem aqui e ali de dar algumas alfinetadas ao sistema.

Há na maioria destes relatórios uma subliminar afirmação de que a situação estava controlada, nomeadamente pela "correcta" direcção do recenseamento e pela diligência dos agentes da "situação". Aqui e ali o reconhecimento explícito de que nem sempre os resultados expressos eram os resultados reais, havendo mesmo um caso de quantificação deste fenómeno. Por outro lado, evidencia-se a descrença popular na doutrinação corporativa, já não existindo capacidade de argumentação por parte dos agentes políticos, que se viam confrontados com a realidade, a encarregar-se de os desdizer. Os sindicatos não captavam o operariado, representando apenas a direcção respectiva. Os patrões detestavam a paralisia asfíxiante da organização corporativa. Os funcionários públicos estavam descontentes. Em suma, "o grande cartaz da grande revolução material que sofreu o País nos últimos 32 anos é reclame estafado e que já de nada serve", ousa afirmar o presidente da Câmara de Gondomar, que vai mais longe para classificar de "paz podre" a situação vivida, solicitando "um novo impulso na Revolução".

Mas nem sempre a clareza domina neste tipo de explicações. Nas zonas peri-urbanas o voto desfavorável explica-se sempre pela influência citadina e pela população operária. Mas na Maia, sobretudo nas freguesias rurais que ousaram votar maioritariamente Delgado, tudo é explicado pela *desorientação* e pela *ingratidão* pessoal para com o presidente da Câmara. Um caso a merecer atenção particular é o de Paços de Ferreira, com o relatório a dissecar as pequenas exigências locais (extinção da comarca, o arranque da videira americana, a repressão contra os pequenos delitos, o problema dos baldios) e a catapultá-las para a razão do descontentamento, para reconhecer depois: "*se queremos governar segundo as directrizes das "elites" e reconhecer a hierarquia dos valores, não podemos consultar o povo através do*

*sufrágio directo, sem correr o risco de surpresas, tanto mais que a influência das autoridades locais se encontra muito diminuída junto do eleitorado que sabe não poder obter favores em troca de votos..."*

Mas há outras sugestões curiosas. O Presidente de Paredes reclama a necessidade de fazer crescer o eleitorado feminino como estratégia para assegurar a vitória do regime: "A importância do eleitorado feminino é grande, pois constitui uma força conservadora com que se pode contar. Houve nesta Vila dois casos de duas senhoras casadas com maridos que pertenciam à oposição, as quais foram dar o seu voto ao candidato da União Nacional. Impõe-se uma modificação na lei eleitoral no sentido de ampliar o direito de voto às mulheres".

O papel do clero local não é esquecido, reconhecendo-se-lhe em geral um papel decisivo. Mas nem sempre este papel resultava, pois perante certas homilias mais nacionalistas, havia casos de retirada dos fiéis, acontecendo mesmo que numa igreja de S. Tirso "desapareceu o ajudante de missa quando o pároco fez uma referência ao acto eleitoral"<sup>4</sup>.

Leituras locais que não ousam, por motivos óbvios, explicações gerais e nacionais para a evidência inesperada do descontentamento popular que a candidatura de Humberto Delgado permitiu exprimir, não obstante os resultados oficiais. Mas reconhecem a existência de descontentamento, denunciam a ineficácia e a burocracia dos organismos corporativos, num mal-estar geral que depois se não traduz quantitativamente nas urnas. Controlo do recenseamento, algumas manobras não explicitadas, recurso a influentes locais, falta de condições para fiscalização, são alguns segredos duma vitória, numa "situação" resvalante que nenhum presidente queria ver repetida.

*3.4 - Protesto do Dr. Pedro Veiga na qualidade de Delegado Eleitoral do Candidato à Presidência da República Senhor General Humberto da Silva Delgado apresenta contra a genuinidade do acto eleitoral que está a decorrer.*

Trata-se de um documento característico dos protestos da oposição, a denunciar a falta de democraticidade eleitoral. Desde logo, o signatário não fora reconhecido como delegado eleitoral na assembleia que lhe estava destinada (4ª secção de Cedofeita), facto que se terá repetido com muita frequência noutros lugares e que retirava a credibilidade ao acto eleitoral. Pedro Veiga protesta agora, na Assembleia Distrital de Apuramento, contra a vacuidade desse órgão e do seu papel, pois só aceita os delegados da oposição (neste caso não reconhecido antes, no acto eleitoral) depois de ter destruído os boletins de voto, ou seja, quando já nada há para fiscalizar. Protesta contra o facto de não se proceder à identificação dos votantes, contra a não

---

<sup>4</sup> Fenómeno que parece ter tido grande repercussão, como reconhece o Bispo do Porto D. António Ferreira Gomes na sua "Carta a Salazar". "No Minho, coração católico de Portugal, onde se pensava que bastaria sempre o abade dar o almiré e todos entravam imediatamente no coro, no Minho católico, mal os padres começavam a falar de eleições, os homens, sem se importarem com o sentido que seria dado ao ensino, retiravam-se afrontosamente da Igreja." In D. António Ferreira Gomes - Antologia do seu pensamento (selecção de Arnaldo Pinho), I volume, Porto, Fundação Eng. A. de Almeida, 1990, p. 123.

conferência dos votos entrados na urna com as descargas dos cadernos, contra a intimidação pela força armada. Neste contexto requer a nulidade do acto eleitoral e afirma não compreender o recurso a eleições quando o regime não se quer sujeitar às consequências da livre expressão da vontade popular.

#### **4. Quadros de resultados**

Achamos por bem incluir os resultados das eleições, não só num resumo por concelhos, mas também ao nível das assembleias eleitorais (que quase sempre incluem mais do que uma freguesia), tal como são apresentados a acompanharem os relatórios, e que nos parecem ter sido elaborados no Governo Civil, pela Comissão Distrital de Apuramento de Resultados. Eles permitirão satisfazer a curiosidade de muitos leitores a nível local, mas também produzir análises mais finas sobre as freguesias "delgadistas" ou não, nomeadamente determinadas subtilezas, como elevadas anulações de votos em alguns locais, já que o nível de anulação no geral era mínimo.

#### **5. Conclusões.**

Com a apresentação de alguns textos produzidos no interior do regime salazarista, ao nível dos poderes periféricos que o governador e presidentes de câmara constituíam, procuramos permitir uma incursão diferente ao fenómeno Delgado nas eleições presidenciais de 1958. A intenção foi de olhar as pequenas peças do sistema, cujos textos permitem ver o cansaço e a falta de convicção, a par do reconhecimento da impossibilidade de dar livre curso à soberania popular, pois isso poria em causa o sistema. A necessidade de intervenção à margem da lei das mesas das assembleias foi assumida, os métodos de propaganda revelam os tradicionais recursos caseiros aos influentes locais, num quadro típico de caciquismo oitocentista e de legitimação da fraude.

Salazar alinhava por este figurino, não tolerando o "golpe de estado eleitoral" que as eleições constituiriam, caso Delgado fosse proclamado vencedor. Por isso, estas foram as últimas eleições presidenciais por sufrágio directo durante o resto do regime corporativo. Daí a pouco, a lei era alterada e o Presidente da República passava a ser eleito por um restrito colégio eleitoral, no sentido de evitar sobressaltos e garantir a segurança do regime.

## DOCUMENTOS

### I

#### *Primeiro Relatório sobre a Eleição Presidencial que Apresenta o Governador Civil do Distrito do Porto*

Senhor Ministro do Interior

Excelência:

1 - É meu propósito apresentar oportunamente a Vossa Excelência um relatório circunstanciado acerca da eleição Presidencial no distrito do Porto e da campanha que a antecedeu.

A dificuldade de obtenção de todos os elementos a ela destinados dado que a generalidade dos relatórios referentes a cada concelho do distrito, não chegou ainda às minhas mãos por dificuldades de tempo, pois nos encontramos ainda a menos de oito dias da referida eleição, levam-me a enviar a Vossa Excelência umas notas, tanto quanto possível precisas e objectivas, que permitirão a Vossa Excelência fazer um juízo aproximado de tudo quanto se passou neste distrito, onde a Oposição ao Regime actuou com vigor excepcional.

2 - Efectivamente a principal candidatura Opositorista, aquela que irá disputar a eleição até final, a candidatura Humberto Delgado, nasceu nesta cidade e foi chamada desde início a candidatura do Porto. O título não enobrece os portuenses, antes pelo contrário, mas temos de o aceitar como uma realidade política, com características de permanência, pois desde há muito, e nomeadamente em anteriores campanhas eleitorais, o Porto aparece como o foco mais activo da Oposição em todo o País e nada indica que este estado de coisas se venha a modificar.

Foi do Porto que surgiu o apoio mais entusiástico ao candidato Delgado, aparentemente tímido de início, mas dentro em pouco levando consigo elementos das mais diversas cores políticas, desde os antigos corifeus da democracia de 1911 até aos caracterizadamente comunistas passando através dos socialistas e dos poucos, muito poucos, que se confessavam demo-cristãos. Cremos, todavia, que a candidatura não obteria o êxito emocional que foi a sua principal característica, se ao candidato Delgado tivesse sido vedada a propaganda na via pública, com o seu ponto alto na recepção à sua chegada a esta cidade. Sem minimizar essa recepção que deve ser considerada nos termos de indiscutível grandeza, a verdade é que ela viveu indiscutivelmente de uma perfeita preparação e organização, desde o propositado atraso do comboio foguete por forma a aproveitar o encerramento dos estabelecimentos e a consequente

aglomeração de pessoas nas ruas, até à natural curiosidade de uma massa de gente ávida de conhecer alguém que se propusera oferecer um espectáculo público inédito entre nós.

E, satisfeita a curiosidade, a maior parte desses espectadores seguiram para os seus destinos deixando o candidato entregue às aclamações dos seus apaniguados, em número muito menor.

Mas, a verdade, é que tudo isto produziu mais frutos.

Nessa mesma noite, começou a agitação das ruas.

As forças da ordem, — e tem de haver aqui uma especial e justa referência à maneira prudente e ao mesmo tempo enérgica como actuaram, com especial relevo para a Polícia de Segurança Pública, que durante dias e dias aguentou a violência da agitação nas ruas conduzida com uma técnica perfeitamente preparada para perturbar os nervos dos agentes — cumpriram exemplarmente o seu dever comandadas por oficiais à altura da difícil conjuntura.

Tudo quanto se possa dizer em contrário será mera ignorância ou má fé e todos quanto nesta cidade andamos envolvidos directamente nos acontecimentos, tenho autoridade para o dizer pois em nenhum momento estive ausente do comando da repressão ou até dos próprios locais onde a agitação se produzia, sabem que nunca os amotinadores tiveram o domínio das ruas.

Bem fez o Governo em louvar as forças da Ordem.

3 - A Oposição, melhor, os dois candidatos da Oposição gozaram de plena liberdade para realizarem em recintos fechados, casas de espectáculo, as sessões que quiseram organizar, pois, aparte uma da candidatura Arlindo Vicente, no Central Cine, que não consenti por se recar distúrbios, todas as que requereram foram autorizadas.

O mesmo sucedeu com as sessões de propaganda da candidatura da União Nacional, devendo porém notar-se que por parte dos elementos das Oposições se fizeram tentativas para perturbar algumas delas, nomeadamente a do Coliseu do Porto, em 21 de Maio, através de uma visita ao Porto do Candidato Delgado, que obrigou a Polícia a tomar medidas impeditivas do próprio acesso das pessoas que pretendiam assistir a essa sessão e da campanha de temor que esse candidato ou os seus apaniguados lançaram para evitar a afluência de público, o que aliás não conseguiram.

A mesma tática de generalização de terror foi posta em prática por ocasião da sessão final do dia 3 de Junho do Pavilhão dos Desportos, no Palácio de Cristal, indo até aos apedrejamentos dos veículos que transportavam os espectadores para o Porto, tendo porém a tática falhado completamente, com resultados contrários aos seus objectivos. Todos quantos foram alvo desses atentados ou dele tiveram conhecimento, reagiram no acto eleitoral por forma a não darem apoio ao candidato dos desordeiros.

Deve acrescentar-se que somente na cidade do Porto e no concelho de Vila Nova de Gaia foram requeridas ou se realizaram sessões de propaganda de qualquer das candidaturas.

Um facto certo que não quero deixar de pôr em relevo apesar de conhecido de Vossa Excelência, foi a de todas as sessões de propaganda da União Nacional haverem sido concorridíssimas e reinar nelas o mais espontâneo e caloroso entusiasmo, o que marca o nítido

contraste com o que acontecera na última campanha eleitoral para deputados e até em anteriores campanhas.

Isto quer significar de que à acção oposicionista quando empreendida com as características de vigor que assinalaram esta campanha corresponde, felizmente, uma forte reacção dos elementos nacionalistas e em geral nada inferior ao dos adversários.

4 - A campanha decorreu agitada no que toca à campanha por cartazes. Sabido a certa altura que as Oposições pretendiam iniciar a afixação de cartazes de propaganda na cidade do Porto e nos concelhos vizinhos, preparou-se imediatamente uma ofensiva no sentido de a União Nacional se antecipar àquele propósito. Assim aconteceu. Os primeiros cartazes a aparecer foram os da União Nacional, que dominou os acontecimentos durante alguns dias. E a uma contra-ofensiva dos adversários seguiu-se logo novo ataque levado a cabo sempre de noite e por forma a nunca se perder o domínio das paredes e dos pavimentos. Finalmente a derrota daqueles foi completa e nos últimos dias da campanha no centro da cidade pode dizer-se que não havia um único cartaz das candidaturas Delgado ou Vicente.

O mesmo aconteceu no domínio dos panfletos. O distrito foi constantemente percorrido por veículos dos quais eram lançados milhares, milhões de papéis dos mais variados tamanhos e dizeres insistindo-se nessa forma de propaganda principalmente para desfazer a insidiosa campanha empreendida pelas Oposições com o objectivo de confundir os católicos através de frases tiradas de discursos do Papa e dos Bispos de Beja e do Porto. Julgo que o desejado objectivo de esclarecer foi amplamente conseguido.

5 - A campanha da Oposição baseou-se essencialmente no aproveitamento de todos os elementos de descontentamento dos eleitores e não eleitores, e digo não eleitores, pela razão conhecida de que uma grande parte das pessoas que acorriam aos locais onde apareciam os candidatos oposicionistas ou às sessões de propaganda das suas candidaturas ou ainda nos distúrbios e perturbações de rua não tinham direito de voto.

Prometeu-se, sem o menor reboço, o aumento dos meios de vida dos operários e funcionários e a diminuição do custo da vida; garantiu-se a partilha da propriedade rústica pelos assalariados e a distribuição de uma junta de bois ou de uma vaca a cada um; os grémios seriam dissolvidos e a classe média passaria a gozar de uma abundância que nunca tivera em qualquer tempo; acabariam os exames nas escolas passando todos os alunos para o ano seguinte; as pobres mulheres a quem o candidato Delgado distribuía generosamente notas de vinte e de cinquenta escudos anunciava-se logo nova distribuição quando subisse ao poder.

Enfim uma campanha baseada na mais baixa demagogia que não logrou, todavia, iludir a maior parte do povo português.

6 - Onde essa campanha foi, na verdade, insidiosa, como aliás já fiz notar atrás, foi no campo religioso, mas isso deu azo a que a Igreja tomasse posição de combate, como era evidentemente de seu dever e seu interesse.

Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Bispo do Porto, com o qual estive sempre em contacto através de pessoas amigas, ao tomar conhecimento do uso que a candidatura Delgado estava a fazer de frases soltas de um seu discurso, reagiu imediatamente desmascarando o abuso. O semanário da diocese, "Voz do Pastor" publicou vários artigos nesse sentido e o próprio Prelado numa homilia proferida na festa da Santíssima Trindade aos dirigentes da Acção Católica definiu de maneira terminante os deveres da Igreja e dos católicos perante a Política e as eleições.

O clero compreendeu o ilustre Prelado e soube cumprir inteiramente o seu dever, esclarecendo os fiéis no sentido de que só lhes era lícito votar em quem desse garantias de respeito pela Igreja.

Esta atitude produziu amplos resultados. Nos concelhos rurais sobretudo nestes, a massa católica votou toda no Senhor Almirante Américo Tomás e isso foi em muitos casos decisivo para a vitória. Casos como o do coadjutor de uma paróquia em Gaia ou de dirigentes de organismos operários católicos que no mesmo concelho fizeram propaganda oposicionista não contam pelo seu carácter absolutamente isolado.

7 - A União Nacional mostrou-se mais uma vez organicamente inoperante, pelo que toca ao plano distrital e concelhio.

Ainda de início procurou ser ela, embora com a colaboração próxima do Governador Civil e dos Presidentes das Câmaras, a dirigir e fazer seguir a campanha. Na cidade do Porto organizaram-se comissões para atenderem aos diversos sectores em que se mostrou conveniente dividir a campanha, mas a breve trecho verificou-se que tudo vivia apenas do esforço de três ou quatro pessoas pertencentes aos quadros dirigentes distritais e acabou-se por concluir naturalmente que a campanha teria de passar a dispor de um centro instalado no Governo Civil de onde tudo passava a ser orientado com a coadjuvação dedicada de pessoas, não muitas, diga-se, que apareciam a prestar os seus valiosos serviços, independentemente de qualidade oficial.

E de aí em diante cessaram as dificuldades.

Pode dizer-se também que nos concelhos do distrito a campanha foi orientada essencialmente pelos presidentes das Câmaras.

8 - Mais uma vez o recenseamento eleitoral prejudicou a votação do candidato da União Nacional. Torna-se absolutamente necessário estudar uma nova orgânica de recenseamento que permita a inscrição de todos quantos possam votar proveitosamente. Compete isso antes de tudo à União Nacional devendo ficar a cargo dos Presidentes das Câmaras a fiscalização de modo como os trabalhos decorrem e da vigilância que é essencial se exerça junto das pessoas encarregadas de tal serviço.

Se nesta eleição tivemos de admitir incúria de responsáveis e mesmo em certos casos, traição, impõe-se que se comece a averiguação pelo próprio recenseamento eleitoral.



9 - A eleição decorreu em todo o Distrito do Porto com a maior normalidade, ou antes, se algo houve nela de anormal foi a enorme concorrência de votantes.

Não se conhece o menor incidente nas assembleias de voto e mesmo os protestos apresentados pelos eleitores que se conheciam como oposicionistas foram em número muito reduzido e sobre factos que não invalidavam a votação.

Em muitas assembleias de voto esses eleitores e outros que fiscalizaram permanente e intensamente a votação dirigiram as suas felicitações aos respectivos presidentes pela lisura do acto e alguns outros chegaram mesmo a tomar parte nas operações de contagem e a assinar as actas.

Para se avaliar da excepcional concorrência bastará apontar a percentagem de votantes que no distrito se cifrou por 71%, número nunca atingido em qualquer outra eleição. Na cidade do Porto a presença de votantes cifrou-se pelo mesmo número.

10 - A vitória do candidato da União Nacional, ao contrário do que muita gente receava, atingiu números verdadeiramente notáveis. Assim é que em 105.358 eleitores que deposeram o seu voto na urna, 69.059, isto é, 65,5% pronunciaram-se pelo Senhor Almirante Américo Tomás, e somente, 35.811, 33,4% pelo candidato Senhor Delgado.

Na cidade do Porto a percentagem foi idêntica em 18.302 para um candidato e 8.865 para o outro.

11 - Nos concelhos do Porto, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Valongo, a eleição venceu-se em todas as assembleias de voto, sem dificuldades.

12 - Nos restantes concelhos, perdeu-se a eleição em número reduzido de assembleias, sem significado especial, e onde aliás dadas as características dos meios não se esperavam grandes êxitos.

Quase todos eles, ou mesmo todos, eram dominados por aglomerados fabris nos quais a nossa propaganda encontrou sérias dificuldades, ao contrário da dos adversários, mercê certamente de influência comunista.

13 - O caso de Vila Nova de Gaia, não tanto pelo resultado total ter sido adverso, mas principalmente pelas causas que o motivaram merece uma reflexão especial.

A principal característica da eleição foi também a da grande concorrência de eleitores. Para 21.677 eleitores inscritos compareceram 14.741, ou seja 68% do total, o que dada o número sensível de falecidos e ausentes constantes dos cadernos quer dizer que as abstenções foram em número reduzido.

A Oposição ganhou pela diferença de 779 votos, o que no número total de votantes pouco representa.

Não tivessem passado para o outro lado, à última hora, pessoas que se haviam comprometido a votar com a União Nacional e o resultado seria bem outro.

Não há dúvida que a Oposição desejosa de obter um êxito no Distrito voltou as suas atenções para Vila Nova de Gaia. Em nenhum outro a campanha foi orientada com tanta habilidade, exercendo-se influência directa sobre os eleitores e aproveitando todos os descontentamentos que vão desde o caso tão falado das taxas lançadas sobre as videiras americanas até aos baixos salários dos operários que, no concelho, atingem alguns milhares.

De uma coisa estou certo, que desejo desde já salientar: da insuperável acção exercida pelo Presidente da Câmara, junto dos seus munícipes.

Fez tudo quanto seria possível a alguém fazer para dominar os acontecimentos e se o não conseguiu inteiramente isso se deve a razões que lhe não pertencem e que a seu tempo exigirão cuidada consideração. Patrões e operários, funcionários públicos, membros de organismos militarizados, filiados na Acção Católica, componentes de corpos administrativos e da União Nacional tomaram posição adversa na Oposição.

14 - A actuação da Imprensa Diária do Porto durante a Campanha eleitoral deve merecer a melhor atenção do Governo por aquilo que representou e continua a representar, de real perigo para a estabilidade do Regime.

Os meios de que dispõe são de tal valor na orientação da opinião pública que me atrevo a considerar a sua acção durante aquele agitado período como a que melhor serviu, consciente ou inconscientemente, as Oposições na sua luta sem tréguas contra o Governo.

O relevo dado a determinadas notícias, comunicados e sessões de propaganda dos nossos adversários, subordinando-os tantas vezes a títulos e subtítulos nitidamente tendenciosos, a minimização do quanto poderia favorecer a propaganda da União Nacional, a omissão de factos relacionados com a agitação nas ruas, marcaram desde o primeiro ao último dia da campanha a orientação tendenciosa de dois dos jornais diários do Porto, cujas redacções eram dirigidas por indivíduos conhecidos como comunistas ou pró-comunistas fazendo partes alguns deles das candidaturas das duas Oposições.

Nem o Diário do Norte, jornal da tarde, o único que defendeu, como não podia deixar de ser, a candidatura nacional e nela se bateu galhardamente, com prejuízo dos seus próprios interesses materiais, nem o "Comércio do Porto", na situação de discutível neutralidade, puderam na verdade contrabater a perniciosa influência dos primeiros.

Não deixei, sempre que pude, de chamar a atenção dos proprietários desses jornais, — como aliás mantive estreito contacto com o do "Comércio do Porto", para a contradição que existia entre as suas posições no sector económico da Nação, como detentores de grandes interesses industriais e capitalistas e a autêntica campanha de subversão que aqueles jornais alimentaram, mas tudo foi baldado.

Cabe aqui uma palavra de lamentação pela maneira como foram conduzidas as negociações para a aquisição, há meses, do "Jornal de Notícias".

Sempre entendi e Vossa Excelência tinha a mesma opinião, que se tornava necessário termos esse jornal nas nossas mãos durante a campanha eleitoral. Pena foi que na altura oportuna antes da minha vinda para este Governo Civil, as diligências feitas pelo meu antecessor Sr. Dr. Domingos Braga da Cruz não tivessem sido compreendidas e acompanhadas devidamente por forma a efectuar-se a operação em boas condições financeiras.

Urge encarar de frente este importante problema da nossa Imprensa na cidade do Porto e em todo o Norte do País, e se já não for tempo de se adquirir um dos Diários existentes que se pense a sério na criação de um outro, possivelmente ligado ao "Diário do Norte".

Estou convicto que se tivéssemos disposto de um jornal de alguma expansão, nunca a Oposição teria dominado, como dominou algumas vezes, e domina ainda em certa medida a opinião pública do Porto.

15 - A prisão de determinado número de pessoas ligadas às candidaturas oposicionistas causou profunda impressão no Porto.

Não falo evidentemente dos terroristas, amotinadores ou indivíduos conhecidos como comunistas ou presos por actividades comunistas.

A Justiça seguirá os seus termos e só há que louvar a infinita dedicação da Polícia, agindo na repressão da agitação que infelizmente ainda não desapareceu de todo.

Refiro-me a outros que, presumivelmente, sob a alçada do Código Penal não são todavia havidos como pertencentes ao Partido ou a ele ligados.

Pergunta-se se haverá vantagem em sujeitar essas pessoas a um julgamento com todas as consequências da inevitável publicidade ou se uma medida imediata de clemência, fazendo-os regressar aos seus lares não contribuiria para acalmar os espíritos, ainda tão perturbados?

Ponho a questão como me tem sido posta e entendo ser meu dever chamar para ela a esclarecida atenção de Vossa Excelência e do Governo.

15 - Para terminar, restam-me ainda umas palavras sobre o futuro. O futuro imediato representado pela perspectiva próxima de novas eleições dentro de meses para as juntas de Freguesia; o mais distante, mas que nem por isso pode deixar de ser considerado com urgência, o da satisfação de tantos anseios da Nação que a campanha eleitoral e as suas perturbadoras vicissitudes trouxeram a lume.

Será conveniente fazer-se ainda este ano uma nova campanha eleitoral, de pequena amplitude, é certo, mas necessariamente dominada pelo desejo da Oposição de conquistar novas posições?

Não se pode esquecer que se é verdade termos vencido na totalidade do País, e em todos os distritos e em quase todos os concelhos a oposição conquistou êxitos locais nas simples freguesias onde até há pouco se não sentia o menor fermento de divisão.

Nesse referver de paixões que será uma nova eleição a três ou quatro meses de uma campanha cuja vitória foi conquistada à custa de muito esforço que garantia temos já hoje de reconquistarmos posições perdidas?

Não seria melhor que o tempo se encarregasse de esclarecer problemas que estão na base dessa reconquista?

Na verdade muito há que lutar para reconduzir a Revolução aos rumos que o Senhor Presidente lhe traçou no início da obra de salvação nacional que nada poderá já destruir, mas que urge continuar com a mesma fé e entusiasmo dos primeiros tempos.

Ganhamos o combate, podemos celebrar uma vitória, a Nação votou pela continuação do Regime na pessoa do Senhor Almirante Américo Tomás.

Mas não podemos adormecer sob os louros da vitória, acreditando que todos quantos votaram o não fizeram somente porque tiveram de escolher entre a certeza de um passado de paz e a aventura de um futuro turbulento.

Em novo relatório a apresentar a Vossa Excelência dentro em breve, espero transmitir tudo quanto sobre os problemas expostos me foi confiado pelos Presidentes das Câmaras do Distrito como intérpretes do pensamento dos seus municípios.

Porto, 14 de Junho de 1958.

O GOVERNADOR CIVIL

## II

### Relatório da Eleição Presidencial no Distrito do Porto

Foi enorme a afluência às urnas, em todos os concelhos do Distrito, podendo dizer-se que o número real das abstenções não chegou a 20%. O acto eleitoral decorreu calmamente, com normalidade, tendo sido em número insignificante os protestos apresentados pela Oposição, e quase todos por motivos fúteis. Houve fiscalização efectiva em todas as assembleias eleitorais, salvo nalgumas de zonas afastadas dos maiores centros urbanos. Assim, o número de votos contados corresponde, com pequeno aumento, sem grande significado, ao que seria se a fiscalização fosse geral e rigorosa. Os resultados constam da seguinte relação:

	<b>União Nacional</b>	<b>Oposição</b>
Amarante	3.035	1.217
Baião	1.864	306
Felgueiras	2.657	815
Gondomar	4.849	2.147
Lousada	1.546	539
Maia	1.972	1.305
Marco de Canavezes	3.442	394

Matosinhos	3.652	2.982
Paços de Ferreira	1.800	788
Paredes	3.189	1.220
Penafiel	3.729	1.011
Porto	18.302	8.865
Póvoa do Varzim	2.650	1.260
Santo Tirso	4.357	3.049
Valongo	1.439	570
Vila do Conde	3.632	1.515
Vila Nova de Gaia	6.979	7.760

Por esta relação se vê que perdemos no concelho de Gaia e ganhamos com margens maiores ou menores, em todos os demais concelhos. O exame dos resultados por assembleias eleitorais explica a diversidade dos valores e a derrota de Gaia. Começaremos por este.

A população do Concelho de Gaia contem avultada proporção de indivíduos que fazem a sua vida no Porto, como operários e empregados, sofrendo as influências do meio citadino, e sobre eles pouca acção podem ter as pessoas da situação que vivem nas respectivas localidades. Em grande proporção estão também os pequenos lavradores de características semelhantes aos da zona agrícola que circunda a cidade do Porto. Uma e outra série de eleitores votou, em nítida maioria, contra nós, pelas razões adiante mencionadas, de tal modo que perdemos na maior parte das assembleias deste Concelho.

Perdemos em diversas freguesias predominantemente rurais dos Concelhos circundantes do Porto, com população de características semelhantes às de Gaia, como sejam os da Maia e Matosinhos, pelo que, acrescido da população fabril geralmente hostil, nestes Concelhos a margem a nosso favor foi bastante inferior à da generalidade do Distrito.

Também perdemos nas freguesias fortemente industrializadas, mormente no Concelho de Santo Tirso (indústria têxtil das margens do Ave). E ainda nalgumas freguesias essencialmente rurais de Concelhos da zona costeira, em especial no da Póvoa de Varzim.

Analisando as causas das votações desfavoráveis reconhece-se que (abstraindo dos inimigos declarados da situação e dos descontentes sistemáticos) duas ordens de motivos dominaram os votantes: para os agricultores certas medidas de regulamentação que os tem prejudicado economicamente (sobressaindo a intervenção no comércio da batata e a disciplina, sem a divulgação indispensável para conhecimento dos interessados, do plantio da vinha); para o operariado, a pequenez da protecção, especialmente no que se refere à previdência, talhada e efectivada com deficiências flagrantes, favorecedora de propagandas dissolventes.

Conseguiu-se um triunfo notável porque tínhamos a nosso favor o medo pela perda da tranquilidade pública e o apoio dos católicos; e porque se trabalha imenso, devotadamente, num esforço em que as autoridades administrativas, desde o Governador Civil aos presidentes das Câmaras, de destacante valor, foram dedicadamente coadjuvados pelos elementos da União Nacional e por muitos activos nacionalistas, todos estreitamente ligados, pode afirmar-se que

sem excepções, dando exemplo de unidade admirável. Tarefa difícil, porque não era possível conquistar votos, nem pela propaganda pública nem por acção directa, em consideráveis sectores. Faltam os argumentos para desfazer as queixas derivadas de medidas superiores, governativas ou de entidades superintendentes em matéria económica, que por desacertadas criam um justificado estado de espírito contra a Situação; e também porque, no precário estado em que se encontra a protecção do operariado fabril, é impossível fazer propaganda da Situação numa massa populacional que não se atrai com palavras elogiosas da orgânica corporativa, mas com obras provativas dos seus benefícios tangíveis, evidentes.

Se não existissem essas razões de descontentamento, seriam em muito maior número os votos da Oposição, que ficaria apenas com os dos ambiciosos de situações políticas, absorvidos por sentimentos de vago liberalismo, e com os dos comunistas. Isto é assim, como provou o facto de onde aqueles motivos de oposição não têm vulto apreciável (tal os centros urbanos, as sedes dos Concelhos, incluindo a cidade do Porto) a Situação tem vencido por largas margens apesar das aliciantes e desonestas promessas da Oposição. As derrotas deram-se onde havia muita gente descontente, maldizente da Situação, por via dos citados e evitáveis prejuízos das suas economias particulares e de uma deficientíssima actividade útil da organização sindical.

Oxalá esta lição seja aproveitada pelas instâncias superiores, procedendo por forma a ajudar a dedicação dos que, pelo país fora, sacrificam as suas comodidades e os interesses da sua vida particular e acabarão por se cansar se não virem que se muda de orientação em pormenores da actividade económica e social, que podem parecer de pequena importância a quem está em Lisboa, longe do contacto com as populações, mas que a tem e considerável, mais do que para as teorizações doutrinárias, o comum das gentes olha para o que se passa nas suas casas, e é sobretudo de isto que deriva o seu comportamento político. "Primum vivere...".

Vamos já começar a trabalhar para a eleição das Juntas de Freguesia, de capital importância; a qual revestirá muito provavelmente um aspecto semelhante ao da eleição presidencial, não na propaganda berrante turbulenta, mas no aliciamento da chamada às urnas.

Porto, 12 de Junho de 1958

O Presidente da Comissão Distrital

**III**  
**GOVERNO CIVIL DO PORTO**  
**Circular nº M-7/2**

Porto, 17 de Junho de 1958

Exmº Senhor  
Presidente da Câmara Municipal de.....

Rogo a V<sup>a</sup> Exc<sup>a</sup> se digne elaborar e enviar-me um relatório, tanto quanto possível circunstanciado da forma como decorreu a eleição presidencial nesse concelho, por freguesias e assembleias, especificadamente, informando das causas de ordem geral ou local que, porventura, tenham influído nos resultados. Nomeadamente:

- 1º Comissões de propaganda da oposição, com sede no concelho ou em freguesias, pessoas que as constituíram e sua importância local;
- 2º Trabalhos efectuados por essas comissões e meios de actuação que adoptaram;
- 3º Pessoas que, sem fazer parte de comissões, se salientaram na actuação junto do eleitorado;
- 4º Papel dos órgãos da imprensa local e sua tendência anterior à eleição;
- 5º Possíveis motivos determinantes da votação dos vários sectores do eleitorado em favor do candidato da Oposição, seu significado e circunstâncias locais;
- 6º Como se revelou a acção das mesas das assembleias eleitorais;
- 7º Como decorreram os trabalhos das assembleias;
- 8º Em que assembleia houve fiscalização e como actuou;
- 9º Dificuldades possíveis encontradas na obtenção do eleitorado a favor do candidato da União Nacional;
- 10º Possíveis deserções e seus motivos;
- 11º Colaboração ou actuação desfavorável das fábricas, professores, médicos e outros influentes locais.

Rogo a V. Exc<sup>a</sup> se digne enviar-me o respectivo relatório em duplicado.

A Bem da Nação

O Governador Civil.

#### IV

**Câmara Municipal de Gondomar**

**Gondomar, 12 de Junho de 1918**

Exmo Senhor Governador Civil do Distrito do Porto

Tenho o prazer de comunicar a V. Exca. de que o acto eleitoral decorreu em todo o concelho com grande entusiasmo e afluência às urnas, não se tendo registado o menor acto de indisciplina.

Em quase todas as assembleias de voto a oposição fez-se largamente representar em missão de fiscalização, impedindo que se falseassem os resultados reais. Mesmo assim, a dedicação e habilidade das mesas conseguiram melhorar as percentagens.

Apreciando as coisas com toda a realidade, poderemos afirmar que de modo algum, neste concelho, se perderia a eleição, mas o que é certo também, é que, apesar dos cuidados postos na elaboração dos cadernos (que não foram os bastantes, diga-se de passagem) as forças deviam medir-se bem.

Não há dúvida, que há coisas que não estão certas e há qualquer coisa a modificar para que jamais semelhante ambiente, que foi preciso enfrentar, se nos depare. As massas trabalhadoras

sobretudo, são por sistema, da oposição. E porquê? Não é que tenham sido as mais protegidas? Sabemos que sim e há, portanto, que as catequizar. Neste sentido nada se tem feito e tudo se limita a dissolver células comunistas aqui e além. Ora, parece-nos que tal não basta. Os sindicatos que são formados quase sempre pelas mesmas pessoas, poucos operários têm atrás de si além da Direcção. Parece-nos que aí é que haveria de doutrinar-se e fazer-se muito do que falta fazer.

Por outro lado, o comerciante e o grande industrial, também em número muito elevado, odeia a organização corporativa e serve-se de alguns desmandos havidos para atacar a organização.

O funcionário público, nomeadamente o professorado, também no geral é da oposição. Porquê? Será por ser mal pago? Será em parte; mas presumimos que no meio disto tudo o que me parece que falta é uma agitação construtiva em toda a organização, expurgando tudo e todos que nela se assentam, quer para nada fazerem, por insuficiência própria, quer para estorvar a sua marcha por deliberada oposição.

O grande cartaz da grande revolução material que sofreu o País nos últimos 32 anos é reclame estafado e que já de nada serve (verificamo-lo nesta campanha).

Há que encarar muito a sério a Revolução nos espíritos e transformar a mentalidade do nosso povo. Não basta dar-lhe benefícios porque a ganância do homem é insaciável e quanto mais se lhe dá mais quer. Há sim, ao mesmo tempo que se olha para a melhoria do nível da vida da sociedade, olhar a formação da sua mentalidade para que não queira tanto mais, quanto mais lhe dão.

#### **Senhor Governador**

Eu estou muito grato a um bom punhado de homens que muito lutaram comigo neste Concelho pelo triunfo que obtivemos. Mas todos recebemos deserções que são fruto do estado de espírito de que padece o momento presente. A própria paz e tranquilidade que vimos gozando, parece mostrar-se arma contra nós.

As gentes mostram-se desejosas duma quebra desta paz a que chamam podre e querem ver um novo impulso na Revolução, que dentro da mesma santa paz, dê mostras francas de vida, movimento e agitação.

Esperando que V.Exca. chame a atenção dos altos poderes para a necessidade dum grande impulso na Revolução nomeadamente nos espíritos, subscrevo-me

A bem da Nação

O Presidente da Câmara de Gondomar

V  
CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA



Ex.mo Senhor Governador Civil

Neste Concelho funcionaram 8 Assembleias de voto assim organizadas:

- ÁGUAS-SANTAS—Votou só a freguesia;
- MILHEIRÓS—Votaram as freguesias de Milheirós e Gueifães;
- NOGUEIRA—Votaram as freguesias de Nogueira e Silva Escura;
- FOLGOZA—Votou só esta freguesia;
- SÃO PEDRO FINS—Votou só esta freguesia;
- VILA DA MAIA—Votaram a Vila da Maia e a freguesia de Vermoim;
- MOREIRA—Votaram as freguesias de Moreira e Vila Nova da Telha;
- CASTELO DA MAIA—Votaram as freguesias de: Santa Maria de Avioso, S. Pedro de Avioso, Gemunde, Barca e Godim.

A eleição decorreu sem o menor incidente e se bem que todos os presidentes de assembleias de voto tivessem em mão o documento para chamar a força da P.S.P posta à disposição do concelho, nenhum teve necessidade de a requisitar nem essa força chegou a entrar na Maia.

Parece que este facto foi muito apreciado pela oposição.

Os resultados da eleição, foram os seguintes pelas assembleias de voto:

Localidades	Eleitores inscritos	Votantes	Américo Tomás	Humberto Delgado	Obs.
Vila da Maia	570	440	330	107	
S. Pedro Fins	190	143	61	82	
Folgosa	392	223	66	157	
Moreira	669	385	205	180	
Águas Santas	1.247	654	322	332	
Castelo da Maia	987	775	516	259	
Milheirós	368	346	268	78	
Nogueira	367	314	204	110	
SOMA	4.790	3.280	1.972	1.305	

Não terá a U.N. nem a Câmara de penitenciar-se por ter descurado os trabalhos preparatórios da eleição. Trabalhou dia e noite percorrendo as freguesias e diligenciando por todas as formas que os resultados fossem mais expressivos. Não nos surpreendeu o resultado da freguesia de Águas-Santas. É considerada, desde há muito, uma freguesia politicamente má. Muito populosa, 15.000

habitantes, é constituída por uma grande massa de operários e funcionários de vários serviços, quase sem relações na freguesia. É tudo gente que trabalha e se diverte no Porto, não tendo ali ligações de interesse ou amizades.

Os resultados das assembleias de Folgosa e S. Pedro Fins, é que surpreenderam extraordinariamente todas as pessoas que deles tiveram conhecimento. São freguesias em que predomina a lavoura com quem sempre a U.N e a Câmara pôde contar com segurança. Não tenho até este momento explicação satisfatória para a reviravolta operada, mas espero acabar por a encontrar. É certo, que a propaganda criou um ambiente de desorientação e de exaltação pouco propícia a um raciocínio calmo. Muitos se deixaram convencer da vitória da oposição e a ele se quiseram antepor. Foi possível verificar com espanto que muito acreditaram que a vitória da oposição traria regalias para todos, desde os maiores proprietários aos mais modestos trabalhadores.

Até na lavoura, houve muitas e bem incompreensivas defecções, se bem que tenha sido esta classe, a base dos resultados obtidos no concelho. A psicose de vitória que se criou, levou muitos a atitudes contraditórias. Até aqueles que foram ameaçados de que teriam que (largar) terrenos na segunda-feira persistiram em levar o seu voto para que a transformação se operasse. Quero deixar expressa a minha gratidão ao trabalho eficiente da ACÇÃO CATÓLICA, mas até entre os seus membros, tão disciplinados e obedientes, houve quem, apenas neste aspecto, discordasse dos seus dirigentes e lhes desobedecesse.

A nota mais dolorosa desta eleição, foi-me dada pela certeza que me deixou do muito que desceu a honra e o carácter de muitos Maiatos. Suponho ter sido traído por pessoas em quem confiei inteiramente e como tal me ofereceram os seus serviços. Tudo me leva a crer que fui traído por regedores, presidentes e mesas de assembleias. Alguns outros, ao avaliar o ar de comprometidos com que me falavam no dia seguinte, deixaram-me a impressão que na sua consciência alguma coisa lhes pesava.

Muitos a quem repugnava votar contra também não tiveram a coragem de vir trazer o seu voto a favor, e assim se explica a baixa percentagem de votantes, porque a oposição veio toda. Desejo frisar que estes resultados foram obtidos sobre um recenseamento feito dentro de determinada orientação, mas se a oposição acorrer a inscrever-se em massa é de crer que em futuras eleições os resultados sejam diferentes, a não ser que se consiga que os que estão connosco venham todos às urnas. Quanto ao funcionalismo, sou forçado a concluir com tristeza que terei de limitar muito a minha confiança para me apoiar apenas no reduzidíssimo número daqueles com quem suponho contar. E é neste ambiente que terei de trabalhar.

Estão ainda pendentes pequenas questões que depois de convenientemente esclarecidas se hão-de arrumar.

SALAZAR disse um dia "até o bem cansa". Verificámo-lo mais uma vez e por isso há que promover que se afastem definitivamente as condições que permitiram a criação da atmosfera de turbulências e desordem em que vivemos durante um mês. Temos de fazer política. Há que corrigir e desfazer justificados descontentamentos.

É pena que não tenhamos ao nosso lado inteira e francamente uma única classe.

A bem da Nação.

O Presidente

## VI

### CONCELHO DE MATOSINHOS

#### ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS:

Duma maneira geral as eleições decorreram normalmente no concelho de Matosinhos apesar da efervescência da campanha eleitoral, com uma activa propaganda entre o operariado, da industria de conservas, dos carregadores e descarregadores das Docas, dos operários metalúrgicos, têxteis, moagem e outros, bem como entre a numerosíssima classe piscatória.

Verificou-se também desorientação entre os funcionários públicos, guarda-fiscal, empregados da Administração dos Portos e camarários.

A proximidade do Porto e facilidade de comunicações permitiu assistência à propaganda oposicionista levada a efeito na cidade.

Conquanto no concelho não se tivesse efectuado qualquer sessão de propaganda, eram afixados inúmeros cartazes e pintados nas paredes e no pavimento das estradas e ruas brados de propaganda e incitamento às urnas pela oposição, sendo a propaganda eficientemente conduzida em todas as freguesias do concelho por elementos activos e extraordinariamente bem organizados.

No final do acto eleitoral, notou-se em todas as assembleias acumulação de discursos, naturalmente convocados e incitados expressamente para eventualmente exercerem a sua acção que nalgumas assembleias quase se chegou a esboçar. Julgamos ser conveniente focar alguns dos motivos que possivelmente permitiram ser conduzida mais facilmente a acção oposicionista e de que se valeram na propaganda e crítica.

FREGUESIA DE MATOSINHOS - A grande classe piscatória, com regime de trabalho não permanente é facilmente manobrável, falando-lhe em regalias que não possuem por não serem considerados como empregados pelo que não recebem abono de família, haver traineiras que pescaram pouco; no defeso da pesca não terem quaisquer proventos e principalmente a não construção do porto de pesca o que dá causa a inúmeros desastres nas perigosas condições de descarga do peixe.

Os operários de conservas, apesar de protegidos por um contrato colectivo de trabalho, foram facilmente impressionados por promessas de melhoria de ordenados.

LEÇA DA PALMEIRA - A classe de estivadores na sua grande maioria residentes nesta freguesia e em Vila Nova de Gaia, foi a mais activa na sua acção oposicionista. Classe numerosa, trabalhando só quando há serviço nas docas, trabalha por escala só raramente trabalhando cada homem a maioria dos dias da semana, queixando-se dos baixos ordenados

sensivelmente inferiores ao do Porto de Lisboa e à subida de conferentes de indivíduos estranhos à classe ou mais modernos, a coberto de protecções.

A grande fábrica Facar, apesar dos seus patrões serem activos elementos da Situação e grandes beneméritos, tem há anos impedida superiormente de funcionar uma moderníssima máquina de alta eficiência que não só poderia proporcionar aumentos de melhoria de produção, maior quantidade de empregados, e subida de salários. A propaganda dos empregados baseados no conhecimento deste assunto foi altamente perniciosa.

As freguesias do norte do concelho, Perafita e St<sup>a</sup> Cruz têm uma grande população de operários conserveiros, que superam a população rural, o que influi desvantajosamente no acto eleitoral.

No entanto a freguesia de Lavra, no extremo norte e com maior percentagem rural, sofreu a influência da propaganda, combatendo a solução do problema da batata e o custo do vinho e o problema das leiteiras, havendo ser a notar ser o dia da Romaria da Santa Rita, à qual a grande maioria das gentes da lavoura se deslocam, deixando de votar.

Na freguesia da Sn<sup>ra</sup> da Hora, fortemente industrializada e muito perto do Porto, bem como a de S. Mamede de Infesta ainda mais populosa, venceu-se por pequena diferença, ainda menor em Infesta, onde os elementos da situação procuraram trazer às urnas todos os votos favoráveis, indo às casas procurar e conduzir os eleitores, em automóveis.

**Custóias e Guifões** - onde se encontram instalados a viver a maior parte do operariado da vila e alguns do Porto foi facilmente desorientada pela oposição. O mesmo se notando em Leça do Balio, com a maioria de população de operários da cidade do Porto.

## VII

### Câmara Municipal do Concelho de Paços de Ferreira

Excelentíssimo Senhor Governador  
Civil do Distrito do Porto

Satisfazendo os desejos de V. Exa., tenho a honra de relatar algumas das causas que, no concelho de Paços de Ferreira, contribuíram para criar o ambiente de agitação que caracterizou o último período eleitoral.

a) Contrariamente ao que muitos supõem, este concelho, desde há muito, sofre influências de elementos esquerdistas que já nos tempos da Monarquia Constitucional permitiam aos republicanos avançados ganhar as eleições.

b) Com o advento do Estado Novo, graças à união dos nacionalistas, tem sido possível neutralizar tais influências dos esquerdistas que aproveitam todas as oportunidades para fazerem a sua campanha: ora é o descontentamento provocado pela extinção da comarca de Paços de Ferreira, nunca esquecida, e que os democráticos liberais voltando ao poder, restaurariam imediatamente; ora é o arranque das videiras americanas, cuja cultura seria permitida; ora a

recordação dos prejuízos causados pela requisição dos pinheiros durante a guerra, as medidas de repressão contra os pequenos delitos de especulação e açambarcamento aplicadas, por vezes, por forma demasiado violenta relativamente a factos insignificantes, em contraste com outros de vulto; ora as multas pelo plantio de alguns pés de videira, quando noutras regiões se verificaram grandes plantações ilegais que ficaram impunes; ora a falta de cumprimento de promessas relativas a melhoramentos, nomeadamente os que se deviam realizar com a receita do integral pagamento dos "Baldios da Serra" que o Estado ainda não liquidou, etc.. Tudo serve para ir avolumando os descontentamentos com razão ou sem ela e alimentar a propaganda feita nas feiras, nas tabernas, cafés e clubes a favor dum regime de mais liberdade, em que não haveria tanta disciplina, nem tantos motivos para muitas das infracções e entraves ao progresso, etc..

c) Por falta de formação corporativa, é grande o número dos que não compreendem as vantagens económico-sociais dos Grémios e dos Sindicatos e reagem contra os respectivos encargos e intervenções. Assim é que, no seio dos mais cultos, critica-se a intervenção exagerada do Estado nos organismos corporativos de carácter obrigatório, bem como nos de coordenação económica, cujo número avultado de funcionários, por eles alimentados, são pagos por aqueles que se sentem disciplinados por tais organismos, mesmo contra sua vontade.

d) Os pequenos comerciantes também criticam essas intervenções e sentem-se feridos pela concorrência que lhes fazem e pela apregoada guerra contra os intermediários no seu entender haveria que manter o princípio de que a lavoura produz, a indústria transforma, o comércio distribui. Certo é que, o comércio, insurge-se contra a expansão cada vez maior das vendas realizadas pelos grémios da lavoura e cooperativas, assistidos e financiados pelo Estado, ou pagando impostos reduzidos—quando não estão isentos de impostos—os quais recaem sobre aqueles que, afinal, sustentam com as suas contribuições o próprio Estado e o funcionalismo, em número crescente, que os hostiliza. E concluem: isto é socialismo; isto parece-se com o comunismo; voltemos ao regime da liberdade!

e) Por sua vez, o funcionalismo, sente-se mal pago, faz a sua propaganda surda, entende que seria preferível o Estado não realizar tantas obras à custa dos saldos das receitas ordinárias e retribuir um pouco melhor os seus servidores, que, mercê do seu poder de compra mais elevado, iriam dar vida aos diferentes ramos da produção.

f) Os operários das fábricas pretendem que os ordenados mínimos carecem de ser revistos e as regalias das Caixas de Previdência não correspondem às respectivas receitas, sendo revoltante que se abandone à sua sorte o beneficiário incurável!...

g) Os operários da lavoura, esses, queixam-se de que trabalham todo o dia e às vezes de noite, sem usufruir as vantagens dos operários fabris, tanto no que se refere a ordenados mínimos, como a abonos de família, previdência, etc...

h) Os lavradores-proprietários, queixam-se da pouca eficiência da assistência dos técnicos do Estado e dos preços poucos remunerados dos produtos da lavoura comparados os dos artigos que têm de comprar...e muitos não gostam dos grêmios, a cuja vida e resoluções são estranhos, antevendo anunciadas reformas de estrutura agrária que lhes não agradam.

I) Os lavradores-caseiros, sentem a sua vida dura e desejariam pagar rendas mais reduzidas, sorrindo, a alguns, a ideia defendida por certos opositoristas de que as terras, seriam para quem as trabalha...

j) A pequena indústria, sente-se ameaçada pela concorrência das grandes empresas que são as mais favorecidas e acarinhadas pelo Estado, quando, já que tem encargos mais reduzidos, por unidade fabricada, deveriam pagar impostos progressivos. Industriais há que, receando as suas consequências, são contra o mercado comum, julgando-o um processo engenhoso do estrangeiro vir a dominar o País economicamente e, em seguida, politicamente...

k) O caso dos inúmeros mancebos a quem se exigiu agora a taxa militar, acrescida de juros de mora etc. depois de se lhes haver dito ter sido extinta, em vez de se esclarecer que a sua cobrança transitara para as Finanças, gerou fortes descontentamentos.

Em suma, são legião os que hoje discutem os problemas mais graves e se julgam aptos a dar sentenças, a criticar tudo e, por fim, a concluir pela "necessidade de mudar".

É pois evidente que, perante este estado de espírito, — que as células comunistas alimentam e aproveitam — se queremos governar segundo as directrizes das "elites" e reconhecer a hierarquia dos valores, não podemos consultar o povo através do sufrágio directo, sem correr o risco de surpresas, tanto mais que a influência das autoridades locais se encontra muito diminuída junto do eleitorado que sabe não poder obter favores em troca de votos...

Apesar de tudo, o acto eleitoral decorreu na maior ordem, mercê sobre tudo do peso dos católicos praticantes que acorreram às urnas, esclarecidos pela forma sintética que me foi dado ouvir, a um indivíduo de poucas letras: "está visto; quem vai à missa vota pelo Almirante; quem não tem religião, vota pelo General".

Pode dizer-se que, dum modo geral, assim foi, embora também tivéssemos de exercer uma acção directa, intensa junto de certos influentes monárquicos para os decidir, como de costume, a colaborar connosco e, beneficiássemos, em tudo, da ajuda individual prestada pelo Exmo. Senhor Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional.

Todavia, além das agressões cometidas contra os passageiros das caminhetas que foram às Sessões do Coliseu e do Palácio de Cristal, há a lamentar os acontecimentos que se deram em Paços de Ferreira no dia 1 de Junho ou seja no domingo que antecedeu o das eleições, pelo facto de certos opositoristas anunciarem a passagem do General Humberto Delgado na sede do concelho, pelas 22 horas, apesar de saberem que a presença de tal "herói" não se daria,

fomentando assim a grande aglomeração de manifestantes e curiosos que então se verificou, engrossada por elementos provenientes dos concelhos vizinhos.

De tudo resultaram arruaças, a vinda de reforços da G.N.R., pedradas contra a força pública, tiros etc. que levaram a P.I.D.E. a efectuar algumas prisões, por ventura relacionadas com outros acontecimentos anunciados no País, para aquele dia.

Julgo desnecessário, Senhor Governador, alongar mais este relatório que nos leva a concluir quão difícil é governar os povos, e isto tanto mais quanto eles são de índole sentimental, facilmente impressionáveis. — Há que atender à sua psicologia, de contrário os melhores planos técnicos podem falhar.

De resto não temos de que nos admirar: Cristo — e era Deus — passou na Terra a fazer o Bem e...Crucificaram-No!

Ora, todos reconhecemos que algo há a censurar, a corrigir.

Para finalizar, acrescentarei ainda que pude verificar o calor de uma empresa de lacticínios a lutar pela oposição, por se sentir ferida pela violência do Decreto-lei nº 39.178 de 20/4/1953 que coloca esta indústria à mercê dos Grémios da Lavoura, a quem entrega, em regime de exclusivo a exploração dos postos de recolha de leite, sem salvaguardar as situações criadas. Devo esclarecer que esta medida socializante também me atinge duramente, sentindo-me obrigado a esquecê-la perante a obra prodigiosa do Estado Novo.

Digne-se V.Exa. aceitar os meus melhores cumprimentos.

A bem da Nação

O Presidente da Câmara Municipal

## VIII CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES

Neste concelho de Paredes o acto eleitoral decorreu na melhor ordem em todas as assembleias de voto, assembleias estas que foram todas fiscalizadas pela oposição.

A concorrência de eleitores foi enorme.

O eleitorado feminino compareceu na sua maior parte, sendo poucas as mulheres que faltaram.

A importância do eleitorado feminino é grande, pois constitui uma força conservadora com que se pode contar.

Houve nesta Vila dois casos de duas senhoras casadas com maridos que pertenciam à oposição, as quais foram dar o seu voto ao candidato da União Nacional.

Impõe-se uma modificação na lei eleitoral no sentido de ampliar o direito de voto às mulheres.

\*\*\*

É necessário também salientar que foi muito grande a influência do clero nos eleitores católicos.

Nos meios rurais, o pároco tem uma grande influência no espírito dos seus paroquianos.

Tendo a U.N. deste concelho dirigido um pedido aos párocos de todas as freguesias para orientar a conduta do eleitor católico, todos eles proferiram nas homilias, verdadeiras lições sobre o exercício do direito de votar. Fizeram-no de alma e coração. É uma força que nunca se deve desprezar.

\*\*\*

A oposição, aqui chefiada por três pessoas, exerceu grande actividade não só no largo uso da propaganda, mas também nas visitas às freguesias que foram por eles feitas sobretudo de noite. Exploravam eles as causas de descontentamento fazendo promessas aliciantes, embora enganosas.

Das 24 freguesias que compõe o nosso concelho apenas obtiveram maioria em três: Em Besteiros 3 votos; em Cete 4 e na Sobreira 41.

A razão destas pequenas vitórias locais devem fundar-se em casos de descontentamento pessoal d'alguns meneurs.

Em Besteiros, por exemplo, o que mais se interessou pela oposição fundamentava a sua atitude no facto de não poder suportar os Grémios, porquanto tendo um dia necessidade de adquirir determinada quantidade de batata semente, encarregou o Grémio da Lavoura de lha arranjar, depositou o dinheiro e passado algum tempo o Grémio devolveu-lhe o dinheiro e não lhe arranjou a batata!

É sabido que o nosso lavrador é estruturalmente individualista e como tal rebelde à "associação".

Já Ramalho Ortigão no seu magnífico livro "Holanda" salientou esta característica do povo português com mão de mestre.

Sabemos que a organização corporativa necessita de largos anos para se aperfeiçoar tal a complexidade dela. Quanto aos Grémios da Lavoura há na verdade deficiências a suprir e defeitos a corrigir. A Federação dos Grémios criou por vezes a estas situações difíceis. Um exemplo: a Federação atribuiu aos Grémios os contingentes de batata semente nacional e estrangeira, obrigando os Grémios a adquirir batata nacional que nesta região ninguém compra porque a não conhece e a preço superior ao da semente estrangeira.

Quanto ao sulfato de cobre outro problema delicado se levanta. O preço do sulfato de cobre nacional sofre tantas alterações em cada campanha que os Grémios, que compram sulfato estrangeiro, nunca sabem se terão ou não prejuízo nas vendas.

Impõe-se o tabelamento no princípio da campanha agrícola dos preços deste produto, como aliás existe para tantos outros.

Outra causa de descontentamento é a situação do trabalhador rural. Na verdade, esta situação é tão precária que bem merece dos poderes públicos medidas rápidas de protecção, de forma a ficarem equiparados nas regalias aos operários das oficinas, a fim de se evitar o êxodo destes trabalhadores para as cidades, em massa, excedendo os limites normais do fenómeno económico do urbanismo e originando a falta de braços para a lavoura, mal que já sofremos. Contudo, e



apesar do seu descontentamento o trabalhador rural ainda é o mais resignado e o mais conservador de todos os trabalhadores portugueses.

\*\*\*

Em Cete e na Sobreira abundam os ferroviários, classe que, antes do 28 de Maio era uma classe indisciplinada, com greves contínuas, algumas delas revolucionárias, e que nunca se adaptou bem à ordem e disciplina do Estado Novo.

Acresce que em Cete teve larga preponderância um influente político democrático, que, falecido há anos, deixou por lá muitos adeptos dessa democracia, para nós de triste memória.

Na Sobreira verificou-se um caso esporádico de traição por parte de um influente nacionalista local, o que deve ser a causa que originou a maioria verificada a favor do candidato da oposição.

Há também o descontentamento de parte do funcionalismo público. Os ajudantes dos Cartórios Notariais, das Conservatórias, do Registo Civil, Copista e Escriturários, Aspirantes e equiparados, estão na verdade mal pagos. Com família para sustentar, filhos para educar, e tendo de exercer os cargos sem dependências e com aprumo e seriedade, têm de sofrer privações com o que actualmente ganham. Na verdade esses ordenados precisam de ser actualizados numa justa medida.

Apesar de tudo, Paredes continua a ser um concelho conservador e católico com que o governo de Salazar pode contar.

O Presidente da Câmara Municipal de Paredes

O Presidente da Comissão Concelhia da U.N.

## IX

### SANTO TIRSO - As eleições

Vários motivos influíram para que a oposição obtivesse maioria em seis freguesias do concelho.

Enumeremos alguns:

1º A prioridade que teve a oposição em iniciar a propaganda.

2º A forma rápida como agiu a oposição e a lentidão que se notou nas nossas fileiras para iniciar a contra-ofensiva.

3º A indolência e o comodismo de alguns elementos nacionalistas.

4º O pânico que se estabeleceu no início da campanha eleitoral entre os nacionalistas que chegaram a considerar como certo o triunfo da oposição.

5º A traição de alguns membros das Juntas de Freguesia - não se trata dos seus Presidentes - e de alguns categorizados que se julgavam afectos à situação.

6º Má organização de alguns cadernos eleitorais.

7º O facto de o concelho de Santo Tirso possuir zonas essencialmente industriais. Os resultados mais desfavoráveis para o candidato da U.N. verificaram-se, como já dissemos, nas freguesias mais industrializadas ou onde habitam mais operários junto às zonas industriais de Guimarães e de Famalicão.

8º O maior número de adeptos do candidato Humberto Delgado encontrava-se entre o operariado.

A campanha eleitoral teve carácter nitidamente subversivo e é de admitir que em cada unidade industrial existisse uma célula comunista.

O operariado foi seduzido pela propaganda; afirmavam-lhe que os ordenados aumentariam; que o número de dias de trabalho seria reduzido para quatro; que deixariam de pagar rendas de casa, etc., etc..

E em virtude de uma provável ordem recebida o operariado não chegava a ler os folhetos de propaganda da União Nacional. Logo que estes eram distribuídos, reduzia-os a pequenas tiras de papel que lançava fora.

E se os párocos nas homilias falavam em eleições, os operários, em certas freguesias, retiravam-se ostensivamente da Igreja. Houve até uma Igreja donde desapareceu o ajudante de missa quando o pároco fez uma referência ao acto eleitoral.

O concelho de Santo Tirso é essencialmente industrial. E foi nas zonas onde habitam mais operários que o resultado se apresentou mais favorável à oposição.

Os industriais na sua grande maioria manifestaram-se como adeptos da situação política actual e alguns trabalharam com entusiasmo a favor do candidato da União Nacional.

Mas antigamente os patrões exerciam uma certa influência sobre os operários e estes obedeciam-lhes. Hoje já não lhes acontece o mesmo.

É provável que esta transformação se deva em parte à intervenção que os fiscais do I. N. exercem sobre o trabalho fabril e à pouca atenção que estes têm para com os patrões.

Os industriais queixam-se, por vezes, que os fiscais entram nas fábricas sem se fazerem anunciar o que constitui um desprestígio para os patrões.

Torna-se, no entanto, necessário prestar atenção a alguns dos descontentamentos dos industriais.

Há por outro lado industriais que não cumprem os regulamentos.

E há, sobretudo um, neste concelho que, sendo o menos cumpridor de todos afixou na sua fábrica propaganda da candidatura do General Humberto Delgado!

A Câmara tem procurado melhorar materialmente as povoações com a sua receita própria ou com o subsídio do Estado.

Parece porém que os melhoramentos promovidos pela Câmara não influíram grandemente no resultado eleitoral.

Sei de freguesias e de aldeias altamente beneficiadas que se mostraram pouco reconhecidas.

Torna-se necessário melhorar - sendo possível - os salários dos operários fabris e dos trabalhadores rurais. A estes deverão ser atribuídas mais algumas regalias que não possuem.

Mas torna-se também necessário proteger convenientemente a lavoura. No concelho de Santo Tirso há apenas uma Casa de Povo e esta não tem possibilidade de socorrer devidamente os seus beneficiários.

Deveria, se fosse possível, estabelecer-se um salário familiar que permitisse às mulheres dedicarem-se unicamente à vida doméstica.

Os operários deveriam habitar nas proximidades das fábricas. Há operários que perdem diariamente quatro horas nas deslocações para as oficinas e destas para casa. E aos trabalhadores deveria ser dada a possibilidade de obterem a propriedade das casas de habitação.

E além das vantagens que se possam dar ao operariado há necessidade de o esclarecer.

No decorrer da campanha eleitoral e no dia das eleições houve neste concelho alguns incidentes de pequena gravidade. O acto eleitoral decorreu, porém, com relativa calma. E esta tranquilidade que se notou deve-se, em grande parte à presença da G.N.R. e à sua prudente intervenção.

Em todas as assembleias eleitorais houve intensa fiscalização dos oposicionistas.

Santo Tirso, 11 de Junho de 1958

O Presidente da Câmara

## X

### CÂMARA MUNICIPAL DE AMARANTE

#### *Breve Relatório sobre a Eleição Presidencial de 8 de Junho de 1958*

Amarante foi um baluarte da democracia, mercê do prestígio que usufruia no concelho o Dr. Lago Cerqueira. E, daí, a acção exercida em qualquer eleição pelos adeptos das suas ideias políticas.

De facto, há um grupo de amarantinos, formado por pessoas das que melhor vivem, da geração daquele chefe político ou seus descendentes, que por coerência com o passado, não desiste de reivindicar aquilo a que chama benesses doutros tempos.

Aliou-se-lhe boa parte do comércio e indústria: uns por razões de sangue, simples amizade ou contactos; outros por obediência a alguns patrões.

E com as profissões liberais deu-se este fenómeno: ou se vergaram a razões idênticas àquelas ou cederam ao conhecido sentimento snob - os que se considerem "intelectuais" são todos contra a Situação.

Para além do que ficou livre na vila, só nos foi possível contar com as aldeias, felizmente a grande massa populacional do concelho. Mas, mesmo nas freguesias, foi apreciável

o movimento de infiltração oposicionista, devido a influências ali exercidas por elementos da vila, pelos meios já tradicionais: os lavradores-caseiros seguem os donos das terras, os patrões facciosos arrebanham empregados e operários, esgrimindo com o papão da fiscalização, e o resto oscila consoante as pressões.

Perante este quadro confrangedor, mas verídico, ressaltam evidentes as dificuldades a vencer para chamar o eleitorado à razão, até porque não raro sucede ocuparem esses maiores lugares destacados nas instituições, associações e colectividades do burgo onde granjeiam prestígio que lhes facilita arrastar consigo alguns ingénuos ou necessitados.

Prestaram-nos, no esclarecimento do eleitorado, inestimável colaboração a maioria dos presidentes das juntas e regedores, mas especialmente os Reverendos Párocos e pessoas de mentalidade serena das localidades.

A luta foi renhida, porque o adversário combateu com entusiasmo desusado até ao fim, no firme convencimento duma vitória que lhe falhou.

Encontramos, no decurso da campanha, óbices ruins de demover, dado o descontentamento existente em muitos sectores.

A lavoura lastima-se contra o seu Grémio que quase se limita a arrecadar e gastar na burocracia o produto das cotizações, sem préstimo visível para os associados, frisando-se a miúdo a circunstância de vender o sulfato mais caro que qualquer estabelecimento comercial propriamente dito; contra o facto de vender o vinho, batata e outros produtos agrícolas a baixos preços, ganhando neles depois os intermediários lucros sem medida; contra o aviltamento do preço do gado - principal base da economia do lavrador - sem sequer se ter isso em conta na elaboração das tabelas de preços das carnes que são excessivamente altas em relação ao custo do gado; enfim, contra o abandono da lavoura, em geral.

O comércio e a indústria queixam-se por idênticas razões contra grémios e sindicatos.

O trabalhador rural e o jornaleiro fazem lamúria contra a falta de equidade entre os seus salários e os do operário e a injustiça de lhes não ser atribuído abono de família em condições análogas às seguidas para o operário (esse operário geralmente indesejável, por ambicioso); contra as acumulações desregradas sem respeito pelos desempregados; e contra as habitações miseráveis e com rendas caras.

Os funcionários do Estado e dos Corpos Administrativos lamentam a desigualdade dos seus ordenados e vencimentos em face dos auferidos pelos empregados dos organismos corporativos e de coordenação económica.

A oposição serve-se avidamente destes descontentamentos para com eles abrir brechas nas fileiras da Situação.

Urge, portanto, prestar atenção às classes média e pobre. Melhorar as condições de vida dessa gente, para que possa sobreviver em nível compatível com a pessoa humana, não esquecendo medidas de previdência e assistência para todas as famílias e principalmente para o lavrador-caseiro, trabalhadores rurais e jornaleiros que, em concelhos rurais como o de Amarante, constituem a grande massa populacional.

A despeito dos inconvenientes sumariamente apontados, cuja esperança de banição demoveu gente, ganhamos a eleição por larga margem: 3033 votos contra 1187 -, numa luta absolutamente livre e amplamente fiscalizada pela oposição.

Não se registou nenhum incidente digno de menção.

No conjunto das 3 assembleias da sede do concelho o acto foi disputado com particular calor: a oposição venceu por 65 votos: 362-297.

Mas deve frisar-se que esta diferença, coberta pelos 1844 votos que a mais obtivemos no resto do concelho, não nos surpreendeu: fora tão aceso o prélio, no decorrer a campanha eleitoral, que chegamos a esperar maiores diferenças bons resultados finais.

Para finalizar estas ligeiras notas, diremos apenas ao Poder Público que urge prestar atenção às populações que constituem as classes média e pobre.

E só assim será possível consolidar a nossa posição política que sentimos enfraquecida nos pontos indicados.

Amarante, 12 de Junho de 1958

O Presidente da Câmara Municipal.

## **XI**

### **Aspectos da Campanha e Acto Eleitoral no Concelho de Baião**

Conforme com instruções superiores e meu desejo, tencionava fazer um relatório quanto possível pormenorizado da forma como decorreu a campanha eleitoral e particularmente o acto eleitoral para a eleição do Chefe do estado no passado dia 8 de Junho. No entanto, para tal necessitava recolher vários documentos e informações que até presente não tenho em mãos e assim tornando-se necessário relatar estes assuntos dentro de um prazo que se não compadece com a demora indispensável apresento o presente relatório cujo título melhor se conforma com o acima referido.

#### **I**

##### **Campanha eleitoral**

No concelho de Baião foi iniciada a campanha eleitoral no dia 4 de Maio.

Era desejo desta Câmara, como corpo administrativo dar como principal rumo dessa campanha um sentido mais objectivo a todos os eleitores da necessidade, obrigação e gravidade que representava votar.

Assim entendeu esta Câmara entrar em contacto com a União Nacional Concelhia e propor um plano de conjunto para o fim em vista.

Esta Câmara representada pelo signatário acompanharia um representante da União Nacional percorrendo o concelho onde faríamos pequenas palestras; com carácter eleitoral mas especialmente dirigidas da parte desta Câmara à obrigação de votar, reservando o verdadeiro sentido político à União Nacional.

Tivemos a primeira reunião no passado dia 4 de Maio na sala das sessões desta Câmara. Assistência fraca, boa representação da União Nacional, palestra do signatário e do Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional. Sentimos que o resultado tinha sido muito pequeno, senão nulo.

Todos estávamos preparados para ouvir discursos e afinal nós também estávamos para os pronunciar, mas não se deu o caso e houve uma desilusão tanto do público como dos organizadores.

Dias passados tínhamos entrado na época própria da campanha eleitoral, tinham sido conhecidas as declarações dos candidatos oposicionistas, tinha-se já verificado o verdadeiro carácter dessas oposições e senti esta Câmara que o caminho e o trabalho que tinha reservado para a sua acção estava reduzido em demasia, acanhado talvez e assim entendeu que para bem do concelho que nos cabe administrar e representar, digo mais defender até, tínhamos de dar ao nosso trabalho uma acção verdadeiramente política.

No domingo seguinte, 11 de Maio, fizemos três reuniões, com a presença do Presidente da União Nacional Concelhia nas freguesias de Teixeira, Gestaçõ e Santa Marinha do Zêzere. Nas duas primeiras a recepção e a assistência foi muito satisfatória, na última tanto a assistência como a recepção foi francamente má.

No entanto sentimos e connosco o Senhor Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional, que o caminho novo que estávamos a seguir tinha resultado. Saímos do aspecto frio de ler um discurso e passamos a conversar com o povo, contanto casos referidos nos jornais, enfim umas conversas de carácter informativo, onde a escolha do candidato se impunha como fulcro da mesma sem desprezar contudo a obrigação de todos se apresentarem às urnas.

Em Santa Matinha do Zêzere sentimos uma corrente contrária de certo modo forte que inutilizou ou prejudicou parte dos resultados que desejávamos.

O aspecto pouco agradável da assistência, as constantes interrupções que vinham de fora e que mais tarde tivemos conhecimento terem sido habilmente ordenadas, prejudicou a nossa acção e exigiu mesmo a intervenção do signatário em mais do que uma vez e o seu manifesto desagrado por não estarem presentes muitos daqueles de que se esperava uma acção leal e desinteressada.

No domingo, 18 de Maio realizaram-se novas sessões em Riba Douro e Santa Leocádia.

Assistência na primeira muito grande e na segunda restrita. Tínhamos no entanto encontrado a forma e a fórmula de nos expressarmos e de sermos compreendidos e parece-nos que ambas as reuniões resultaram muito satisfatoriamente.

No Domingo, 25 de Maio, sempre acompanhado pelo Sr. Presidente da União Nacional organizámos três reuniões, respectivamente, em Santa Cruz do Douro, Gove e Ancede. Em

todas estas a assistência foi grande e creio poder afirmar que tiveram resultados bastante satisfatórios.

Com muita satisfação verificámos a presença dos párocos das freguesias respectivas e em alguns casos das personalidades mais em evidência da freguesia.

Como conclusão desta nossa acção podemos dizer que levámos uma palavra de ordem, de confiança, de obrigação e lembrança a quase todas as freguesias e igualmente foi enunciado que um grave problema estava em equação em Portugal.

É claro que esta nossa acção não foi de forma alguma a suficiente mas o tempo que dispúnhamos, as dificuldades de juntar o povo e a ignorância da maioria prejudicou de certo modo este trabalho.

Em 29 de Maio teve esta Câmara a grande honra de receber o Sr. Dr. Domingos Braga da Cruz e o Sr. Dr. António Pedro Pinto de Mesquita em representação de Sua Excelência o Senhor Governador Civil.

A assistência a esta reunião tinha um aspecto um tanto heterogéneo pois para ela não foram convidados os habituais elementos representativos mas tão somente as comissões de freguesia destinadas junto do eleitorado a procurar a forma mais conveniente de o levar a votar e a forma mais clara de os fazer ver qual o candidato que merecia a sua escolha.

Tivemos a honra de ouvir altas afirmações dos nossos visitantes e temos que declarar que o aspecto da assistência que completamente enchia a sala das sessões era significativo e mostrou bem que participava naquilo que foi dito.

Nesse dia quando das palavras que o dever de cargo me obrigou a pronunciar terminei afirmando... Aqui é Portugal ... hoje quinze dias passados é com muita satisfação que recordo esse dia e com mais satisfação ainda por me não ter enganado.

A escolha dos componentes das mesas eleitorais, mereceu-nos um cuidado especial e apesar de tudo em um caso, talvez mesmo em dois, não resultou em relação ao cuidado havido. Um caso em que a presidência não teve a energia necessária e um outro em que a sua acção não dentro da assembleia mas anteriormente foi de molde a exigir uma averiguação futura cuidadosa pois é bastante inexplicável determinada conduta e o resultado dessa assembleia.

A distribuição das listas da União Nacional foi feita por intermédio desta Câmara em envelopes endereçados a todos os eleitores, dentro do envelope, além do prospecto entregue pela União Nacional juntámos um pequeno prospecto dirigido ao concelho e à mentalidade do povo, parecendo-nos pelas diferentes referências que ouvimos que o referido prospecto deu resultado satisfatório.

## II

### Acto eleitoral

O facto de se terem criado mais duas assembleias de voto “em Teixeira e Loivos da Ribeira”, não só veio descongestionar grandemente as assembleias de Gestaço e Santa Marinha

do Zêzere, como também possibilitou uma maior afluência às urnas (talvez a maior dificuldade do concelho).

A afluência às urnas, dito por quem de sempre tem assistido a estes actos, foi de facto anormal.

O eleitorado na sua grande parte se não completamente convencido da gravidade do problema reconheceu a necessidade de cumprir o seu dever. No entanto registámos algumas graves incompreensões e umas intransigências incompreensíveis que muito nos chocaram. Confundiam-se questões pessoais com gravidade do problema em que vivíamos e houve abstenções originadas por esses factos.

Analisemos o que se passou, ainda que muito sucintamente, em cada uma das assembleias de voto.

Baião - Assembleia a funcionar na sede dos Paços do Concelho. Presidente o Sr. Valentim dos Santos, chefe da Secretaria desta Câmara, como efectivo e suplente o snr. Trajano Pinto Barbosa, aferidor de pesos e medidas desta Câmara. A oposição estava representada por Augusto Cunha, Armando Soares e Júlio Borges. A afluência extraordinária.

Há gestos dignos de registo como o de um proprietário de São João de Ovil que transportou no seu automóvel particular todos os eleitores da sua freguesia e não é eleitor porque tem estado no Brasil.

Um proprietário de Loivos do Monte, actualmente no Porto veio aqui votar e apresentou-se à frente da grande maioria da sua freguesia e ainda a de um monárquico absolutamente intransigente nos seus princípios, que só nos últimos dois dias acordou da gravidade do problema e se prontificou para falar a todos os eleitores da sua influência directa e aqui compareceu a votar acompanhado com todos eles.

É claro que a representação e categoria dos representantes da oposição na vila é bastante modesta, para não dizer quase nula, no entanto também a má semente nasce com mais facilidade do que a boa, portanto a reacção do povo da vila e das três freguesias aqui representadas nesta assembleia é mais que satisfatória, pode ser considerada boa. Votaram 437 no Senhor Contra-Almirante Américo Tomás e 29 no Sr. General Humberto Delgado.

TEIXEIRA - A criação desta nova assembleia facilitou muito o eleitorado. Aqui não houve oposição permanente na mesa. Não se registou qualquer facto digno de menção especial e verificaram-se 135 votos para o Sr. Contra-Almirante Américo Tomás e somente 5 para o Sr. General Delgado.

GESTAÇÃO - A esta assembleia foram retiradas duas freguesias - Teixeira e Teixeiraó -, que lhe facilitou os movimentos, no entanto a acção oposicionista do Sr. Ribeiro da Costa e seus apaniguados, foi muito prejudicial, pois é pessoa de bastante influência no meio e as fantasias que usou na sua fácil política levaram muitos incautos a preferirem o Sr. General Delgado.



Os resultados revelam a influência do oposicionista chefe, o Sr. Ribeiro da Costa, pois foi nesta assembleia verificado o maior número de votos do concelho para o Sr. General Delgado em número de 64 contra 163 a favor do Sr. Contra-Almirante Américo Tomás.

SANTA MARINHA DO ZÊZERE - Aqui a oposição foi representada por elementos de mais categoria. No entanto a oposição confiou de mais na influência que a sua categoria pressupunha e desprezou bastante o trabalho junto do eleitorado. E onde a oposição supunha obter uma vitória e o signatário calculava um resultado bastante medíocre, não se verificou nada disso, o eleitorado soube responder ao chamamento feito.

A oposição durante a campanha foi publicamente representada pelo Dr. Agostinho Serpa Pinto e disfarçadamente mas com bastante actividade pelo Sr. Professor Albino de Carvalho.

Como representante da oposição estiveram presentes no acto eleitoral os empregados do Sr. Dr. Álvaro Queiroz e comandante Agatão Lança, que em abono de verdade pessoalmente não tomaram qualquer atitude digna de registo.

O acto eleitoral correu dentro dum civismo e respeito que levou a oposição a cumprimentar a mesa e permitiu até durante a hora do almoço o abandono da urna depois desta devidamente selada, mas antes da contagem.

Os resultados penso foram uma grande surpresa para a oposição e diga-se a verdade também para o signatário.

Verificaram-se 143 votos a favor do Sr. Contra Almirante Américo Tomás e 56 para o Sr. General Delgado.

LOIVOS DA RIBEIRA - Chefiou a campanha oposicionista o Sr. Monteiro de Freitas acolitado pelo Sr. Pinto, tendo ambos assistido permanentemente ao acto eleitoral. O nome destes senhores inspira pouca confiança no meio portanto a sua acção não foi muito importante. Pior foi o movimento originado em Frende por elementos que ainda hoje e em boa verdade não consegui localizar completamente.

Nesta assembleia votaram 138 a favor do Senhor Contra-Almirante Américo Tomás e 40 do Sr. General Delgado.

SANTA CRUZ DO DOURO - A mesa foi continuamente fiscalizada pelo Sr. Manuel Loureiro da Fonseca Júnior, não tendo este senhor qualquer reparo a fazer, antes pelo contrário pois ao encerrar o acto felicitou a mesa pelo civismo verificado.

Houve uma tentativa de falta de civismo criada por elementos que passam mais tempo fora da freguesia, empregados de hotéis, caminhos-de-ferro etc., mas foi rapidamente abafada pela presença do Sr. Presidente da Junta e Regedor.

Não foi pequena a surpresa da oposição pois foi por ela declarado que foram distribuídas 120 listas do Sr. General Delgado e só apareceram 36, em contrapartida votaram pelo Sr. Contra-Almirante Américo Tomás 187 eleitores.

ANCEDE - Os elementos da oposição à excepção do Sr. Dr. Monteiro de Freitas pouca ou nenhuma categoria têm, e como a acção do primeiro foi iniciada muito tardiamente, ainda que no eleitorado desta assembleia tivessem sido distribuídas cerca de 200 listas do General Delgado só apareceram na urna 21 contra 447 para o Sr. Contra-Almirante Américo Tomás.

A oposição esteve representada na mesa por elementos de muito baixa categoria que em nada prejudicaram os serviços.

SANTA LEOCÁDIA - Foi para o signatário uma grande surpresa o resultado desta assembleia.

A acção desta mesa não está ainda completamente esclarecida ao meu espírito e portanto nada posso ainda informar ou relatar, mas o resultado pouco satisfatório, dada a boa cotação em que eu tinha estas freguesias faz-me acreditar em boatos que originarão brevemente um cuidadoso inquérito e logo que esclarecido voltarei à presença de quem de direito.

O resultado desta assembleia foi de 181 votos para o Sr. Contra-Almirante Américo Tomás e 55 para o General Delgado.

### III

#### Conclusões

1) A percentagem geral de votantes no presente acto eleitoral foi de 66.79%. Podemos de facto ficar satisfeitos com este resultado mas neste particular temos que declarar que das abstenções que se verificaram cerca de 500 são devidas às imperfeições dos cadernos eleitorais. Registam-se grande número de emigrados, registam-se grande número de falecidos, que só agora tivemos elementos para verificar.

Portanto considerando estas abstenções como elementos totalmente impossibilitados de votar podemos afirmar que a afluência efectiva do eleitorado deste concelho é muito próxima de 82%, e assim em boa verdade a percentagem atribuída ao Senhor Contra-Almirante Américo Tomás (57.23%), é inferior igualmente à realidade e a percentagem do Sr. General Delgado (9,55%) também não é efectivamente a verdadeira.

2) Verificou-se que problemas de ordem particular, entre vizinhos, com a Câmara, com elementos representativos do concelho e até com elementos que constituíam as mesas afectaram o resultado final.

Estou certo que eleitores houve que votaram no General Delgado não por qualquer sentimento político mas porque estavam de mal com o Presidente da Mesa, ou têm qualquer queixa da Câmara, etc., etc..

3) A ignorância do eleitorado é muitíssimo grande, digo mais muitíssimo perigosa, e atrevo-me a afirmar que é um grande perigo problemas de ordem tão importante solução como o presente estarem afinal entregues na mão da gente tão inculta, que acreditam em perfeitas e completas

utopias ou que no próprio dia da eleição, como aqui se verificou, um eleitor não sabia se o Sr. General Delgado era o candidato da União Nacional ou o candidato da oposição.

4) O descrédito das eleições foi ainda um motivo que prejudicou a afluência às urnas.

5) A acção da União Nacional à excepção do seu Presidente neste concelho, Exmo. Sr. Dr. Arnaldo Pinto Barbosa e Vice-Presidente, pelo facto de ser igualmente Vice-Presidente da Câmara as suas funções e a sua acção se confundiam e sobrepunham, foi simplesmente nula, quando não de obstrução e descrédito ao trabalho que se fazia. Neste particular cumpre-me declarar que a acção dos vogais de União Nacional à excepção dos acima referidos, que foram incansáveis foi simplesmente prejudicial à candidatura do Sr. Contra-Almirante Américo Tomás.

#### IV

#### Conclusões Finais

- 1) Se os cadernos eleitorais estivessem organizados com os cuidados devidos;
- 2) Se tivéssemos conseguido explicar melhor a gravidade do problema;
- 3) Se o eleitorado não fosse tão ignorante;
- 4) Se todos os elementos da União Nacional tivessem colaborado efectivamente como lhes competia;

Os resultados teriam sido e eram-no de certeza muito mais satisfatórios, teve no entanto toda esta campanha uma grande vantagem ficar a conhecer o concelho e as suas gentes dum forma inequívoca, e hoje sem grande perigo de me enganar posso escolher os elementos que servem os interesses do concelho e posso igualmente estar atento aos movimentos daqueles que pretendiam destruir o concelho.

Resta-me afirmar com grande satisfação que os resultados obtidos neste concelho ultrapassaram as minhas previsões tanto no aspecto de afluência às urnas como também no número de eleitores que pretendem que o Senhor Contra-Almirante Américo Tomás seja o Chefe da Nação Portuguesa.

Baião, 12 de Junho de 1958

O Presidente da Câmara

#### XII

#### CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Exmo. Senhor Governador Civil do Porto

Em cumprimento das instruções que V. Exa. se dignou dar-me de o pôr ao facto da forma como neste concelho de Felgueiras decorreu o acto eleitoral, no passado dia 8, e ainda do que teria influído, para não ser maior o número de votos que obteve o candidato à Presidência da República - Senhor Contra-Almirante Américo Tomás, tenho a honra de informar:

I

A eleição neste concelho decorreu na melhor ordem, sendo fiscalizada em todas as assembleias. Assisti ao apuramento das assembleias da sede do concelho e da Vila da Lixa, as mais movimentadas, tendo no fim perguntado aos representantes da oposição se tinham qualquer reclamação a fazer, e todos responderam negativamente, significando assim que reconheciam ter o acto eleitoral decorrido com a maior correcção.

Em nenhuma das outras assembleias foram apresentadas reclamações. Foi muito concorrido o acto eleitoral, pois estando recenseados 4.568 eleitores, votaram 3.472; a favor do Senhor Contra Almirante 2.657, e a favor do candidato da oposição 815.

Na assembleia da sede do concelho votaram a favor do candidato da Situação 584 eleitores, e a favor do da oposição 224. Na assembleia da Lixa votaram a favor do primeiro daqueles candidatos (Senhor Contra-Almirante) 457, e a favor da oposição 240.

Muito maior foi a diferença entre a votação dos dois candidatos nas assembleias que tinham como sede freguesias rurais, o que passo a demonstrar:

<b>Assembleia</b>	<b>Almirante</b>	<b>General</b>
Airães	431	85
Jugueiros	194	50
Barrosas	206	35
Sousa	133	49
Longra	157	48
Pombeiro	285	49
Regilde	210	35

Para o elevado número de votos que obteve na assembleia da sede do concelho, o candidato da oposição, muito deve ter concorrido, além das promessas de melhoria imediata das condições económicas das operários fabris, incluindo aposentação, e há muitos nesta Vila, o terem-se fixado ultimamente na sede do concelho muitos funcionários públicos e de empresas, cuja orientação política de alguns é manifestamente adversa à Situação, e muitos não se têm manifestado, sendo por isso de presumir que também lhe sejam hostis.

Na Vila da Lixa, sempre a Situação teve menos adeptos do que no resto do concelho, devido ao facto de ali residirem pessoas de consideração e prestígio, que nunca nela ingressaram e, como sempre, agora fizeram, trabalham contra.

II

Deve ter influiu para que o candidato Senhor Contra Almirante Américo Tomás, não tivesse maior número de votos neste concelho, além da orientação política dos adversários da Situação e o haver quem tenha acreditado em promessas da oposição, o descontentamento, por várias razões, que desde há muito se vem sentindo entre muitas pessoas que desinteressada e sinceramente servem a Situação, ocorrendo-me agora as seguintes:

- a) Constar que há quem acumule lugares públicos, e lugares públicos com particulares, que lhes dão elevados e exagerados proventos. Em Felgueiras não há nenhum despeitado que tivesse pretendido tão privilegiada situação.
- b) Não ser o público esclarecido sobre as razões justificativas de certas providências governamentais, como dificuldades na exportação para as províncias Ultramarinas, elevação das taxas de exportação para elas, direito de entrada, por forma a dizer-se que têm mais acolhimento naquelas províncias, os produtos estrangeiros do que os nacionais, havendo dificuldade na vinda de dinheiro de Angola.
- c) O serem os candidatos a Deputados indicados pela Comissão Central da União Nacional, sem prévio conhecimento das comissões concelhias.
- d) O não prestarem as Casas do Povo a assistência que era de esperar, sendo grande parte das receitas, cotas forçadas dos sócios contribuintes, aplicadas na construção de prédios grandiosos e outras coisas que há quem considere desnecessárias. As cotas dos sócios contribuintes são mal estabelecidas, pois há quem pague mais para uma Casa do Povo do que para o Estado e para a Câmara.
- e) A grande morosidade na concessão de participações pedidas pelas Câmaras, dizendo-se em algumas Repartições que a demora é devida, não à falta de verba, mas à de funcionários para estudarem os respectivos processos.
- f) Não se ver assegurada a continuidade da Situação Política actual para além do afastamento do poder do Senhor Doutor Oliveira Salazar, por invalidez ou falecimento, pois enquanto ele puder servir o País, não o dispensará de continuar a prestar-lhe os seus serviços.

Tudo isto, e muito mais que de momento não me ocorre, está a levar muitas pessoas que a Situação têm servido, a desinteressarem-se da política do País, facilitando assim a entrada nela das oposições e conseqüentemente de elementos de desordem.

Julguei do meu dever responder ao apelo de V. Exa. com a franqueza com que sempre o faço, entendendo servir assim melhor a Situação, do que com elogios, pois para os fazer há muita gente.

Com o protesto da minha consideração, apresento a V. Exa. os meus respeitosos cumprimentos.

A Bem da Nação

Felgueiras, 10 de Junho de 1958

O Presidente da Câmara Municipal

***Relatório sobre as Eleições Presidenciais***

O acto eleitoral decorreu em ordem absoluta em toda a área do concelho.

Organizaram-se nove assembleias, a saber:

**Sede do concelho:**

Eleitores 978. Listas entradas na urna 808, das quais 584 para o senhor Contra-Almirante Américo Tomás e 224 para o General Humberto Delgado. Percentagens 59.6 e 23%, respectivamente.

Fiscalizaram por parte da oposição Fernando Moura Azevedo, Dr. Francisco da Costa Leite e Dr. José Maria Machado de Matos.

**Lixa:**

Eleitores 1.025. Listas entradas 697, sendo 457 para o Senhor Contra Almirante Américo Tomas e 240 para o General Humberto Delgado. Percentagem 41.6 e 23.4%, respectivamente.

Fiscalizaram por parte da oposição Hernâni Ferreira Basto, Dr. Fernando Coimbra e Fernando Freitas da Costa.

**Airões:**

Eleitores 646. Listas entradas 516, sendo 431 para o Senhor Contra-Almirante Américo Tomás e 85 para o General Humberto Delgado. Percentagens 66.7 e 13.1%.

Fiscalizou por parte da oposição Dr. Manuel Ribeiro de Miranda.

**Jugueiros:**

Eleitores 337. Listas entradas 244, sendo 194 para o Senhor Contra Almirante Américo Tomás e 50 para o General Humberto Delgado. Percentagens 57.5 e 14.8%, respectivamente.

Fiscalizou por parte de oposição o Dr. Luís Gonzaga da Fonseca Moreira.

**Barrosas:**

Eleitores 304. Listas entradas 241, sendo 206 para o Senhor Contra Almirante Américo Tomás e 35 para o general Humberto Delgado. Percentagens 67.7 e 11.5%, respectivamente.

Fiscalizaram por parte da oposição Augusto Martins Faria Torres e António Vieira de Melo da Cunha Osório.

**Sousa:**

Eleitores 221, listas entradas 182, sendo 133 para o Senhor Contra-Almirante Américo Tomás e 49 para o General Humberto Delgado. Percentagens 60.1 e 20.1%, respectivamente.

Fiscalizaram por parte da oposição Bernardino da Silva e Manuel Lopes Guimarães.

**Longra:**

Eleitores 286. Listas entradas 205, sendo 157 para o Senhor Contra-Almirante Américo Tomás e 48 para o General Humberto Delgado. Percentagens 54.8 e 16.6%, respectivamente.

Fiscalizaram por parte da oposição Adelino Pinto de Sampaio e Castro e Dr. Alexandre da Costa Brito Abreu.

**Pombeiro:**

Eleitores 471. Listas entradas 334, sendo 285 para o Senhor Contra-Almirante Américo Tomás e 49 para o General Humberto Delgado. Foi anulado uma lista. Percentagem 60.5 e 10.4%, respectivamente.

Fiscalizaram, de início Dr. Artur Santos Silva, Jaime de Sousa Correia Júnior e António Pinto, dos quais só este último se manteve até final.

**Regilde:**

Eleitores 293. Listas entradas 245, sendo 210 para o Senhor Contra-Almirante Américo Tomás e 35 para o General Humberto Delgado. Percentagens 71.6 e 11.9%, respectivamente.

Fiscalizaram, na abertura, Joaquim Lopes Pereira Coelho; depois, este e Dr. Artur Santos Silva e Jaime de Sousa Correia Júnior.

Embora não tenham sido aceites as credenciais de delegados do candidato, deu-se a mais ampla liberdade a todos os eleitores para fiscalizarem o acto, inclusivamente o Dr. Santos Silva, que trazendo certidão de eleitor para votar na assembleia de Regilde, onde efectivamente exerceu o direito de voto (pela primeira vez na sua vida, segundo declarou), esteve também na de Pombeiro, como já se disse.

Na assembleia de Sousa, fiscalizou, por tolerância do Presidente, um indivíduo que nem tão pouco estava recenseado (Bernardino da Silva).

Deu-se toda a liberdade para a afixação de cartazes e panfletos, e não se mandou apagar as legendas, em grande abundância, ao longo das estradas.

Em nenhuma das assembleias do concelho foi apresentado qualquer protesto, apenas na de Jogueiros o Dr. Luís Gonzaga da Fonseca Moreira chegou a elaborar um protesto contra o facto de ter sido admitida a votar a professora da sua freguesia, por esta se apresentar com certidão de eleitor passada noutra concelho, mas acabou por desistir em face dum esclarecimento que lhe deu o Chefe da Secretaria Municipal, que na ocasião visitava a referida assembleia.

O mesmo Dr. Luís Gonzaga, no final, disse para um dos seus amigos: " não podiam proceder com maior correcção".

Na Lixa, um dos fiscais abraçou o Presidente da mesa pela forma como este dirigiu os trabalhos, tendo na ocasião um outro declarado que nunca mais se metia em eleições.

Na sede do concelho perguntei, no final da eleição, aos eleitores presentes se tinham verificado qualquer irregularidade, declarando todos eles que o acto decorrerá absolutamente em ordem. Noutras assembleias iguais declarações fizeram os oposicionistas aos meus delegados.

Felgueiras, 16 de Junho de 1958

O Presidente da Câmara Municipal

**XIII**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

Exmo. Senhor Governador Civil do Porto

Satisfazendo o solicitado na circular de 17 do corrente, somos a informar que neste Concelho não se conhece a existência de quaisquer comissões de propaganda da oposição. Sabe-se, no entanto, que um senhor Albino de Araújo - Agente de Seguros - fazia parte da Comissão Distrital da Candidatura - General Humberto Delgado. Este senhor vive na sede do Concelho e é conhecido como um oposicionista inveterado. Sem que tivesse comissão concelhia ou comissões de freguesia constituídas, sabe-se que tinha ramificações em todas as freguesias, a quem substabeleceu, por credencial, poderes de fiscalização e eram seus elementos angariadores de voto.

D'um modo geral não há nos mesmos oposicionistas do concelho elementos de preponderância local e muito menos concelhia. Mas o que são é todos aguerridos e muito bem falantes, capazes de explorar a seu favor certas dificuldades reais da vida presente. Assim conseguiram criar, essencialmente nos meios operários, um ambiente de vida nova e sorridente, que nem a actual situação política chegou a ter nos momentos áureos em que a sua reconstituição financeira e económica foi a sua melhor e real fachada. Criara-se (não sei como) a falsa impressão que depois do dia 8 de Junho não haveria mais miséria: - Os salários, em caso nenhum, seriam inferiores a 50\$00 e até corria como verdade indiscutível, que a primeira medida do general Humberto, era cunhar notas de mil escudos para inundar o mercado.

Toda a série de mentiras propaladas calou tão fundo no espírito do povo que temos de concluir que a falta de preparação ou estupidez humana do nosso povo não se compadece com actos eleitorais deste género.

Terei assim tratado o nº 1 e 2 da Circular.

Nº 3 - Além do componente da Comissão Distrital, sem dúvida o mais activo outros há, sem relevância de maior, que me dispense de citar, pois, muitos destes, nem sequer sei o nome completo.

Nº 4 - Não há.



Nº5 - A insatisfação permanente do nosso operário que me parece só poderá ser modificada, não por uma simples melhoria de salário, mas sobretudo por uma melhor formação social, e o mau funcionamento de certos organismos corporativos e de coordenação económica, devem ter contribuído para uma fácil infiltração da propaganda oposicionista. Não me parece que sejam circunstâncias locais do significado, mas antes gerais.

Nº6 - Bem, à excepção de S. Pedro da Cova em que se mostrou excessivamente complacente.

Nº 7 - Bem.

Nº 8 Em todas, menos Melres e Lomba, e actuou em ordem, mas bastante atenta. Na 2ª Secção de Rio Tinto e em Fânzeres, o presidente da mesa conseguiu desfazer-se dela com inteligência.

Nº 9 Nenhuma além das normais.

Nº 10 - Houve-as, mas os motivos não se descortinam. Terão sido os referidos no nº 5?

Nº 11 - Pode dizer-se que não tivemos colaboração de qualquer fábrica, mas também não conhecemos actuação desfavorável neste sector, salvo na fábrica de guarda-sóis Silva & Neto, Sucs., em Rio Tinto.

No professorado, crescem muitos dedos das mãos, para contar os que colaboraram.

Com a actuação desfavorável conhecemos pelo menos um em Rio Tinto - Aquilino Alves do Rêgo e os seguintes Regentes Escolares: de S. Pedro da Cova: Serafim dos Anjos Lima (Paiva), José Moreira "o Entre-elas", José do Couto, "o Couto", Manuel Martins Teixeira "o Neca Vareiro", Sérgio de Castro Gandra "Sérgio Rato".

Na classe médica, talvez só um, em Valbom, Francisco de Almeida Sobral, é que teria tomado certa parte activa desfavorável.

Outros influentes locais de certa categoria houve um em Rio Tinto, professor de ensino particular - Dr. Alberto Teixeira de Sousa, pessoa que já é conhecida da P.I.D.E. - Os restantes não merecem referência especial.

Apresento a V. Exa. os meus cumprimentos e subscrevo-me.

A bem da Nação

O Presidente da Câmara de Gondomar

#### **XIV CÂMARA MUNICIPAL DE LOUSADA**

##### ***Relatório sobre o Acto Eleitoral de 8 de Junho de 1958***

O acto eleitoral neste concelho de Lousada correu com toda a normalidade, comparecendo uma apreciável percentagem de eleitores.

Não houve o mais pequeno incidente, com excepção da assembleia da Ordem, dirigida pelo Presidente da União Nacional deste concelho, o qual teve de expulsar da sala um dos eleitores que se encontrava munido duma credencial do candidato da Oposição e que queria

permanecer junto da Mesa, com evidente prejuízo para o decorrer normal dos trabalhos eleitorais.

Em todas as outras assembleias a Oposição controlou o decorrer do acto eleitoral, conformando-se com as determinações dos Presidentes da Mesas.

O Concelho mostrou de maneira inequívoca a sua inteira adesão ao regime. Queremos no entanto frisar que, para o resultado obtido, se tornou necessário por parte da Câmara Municipal e da União Nacional um trabalho assíduo e constante junto dos eleitores, muito dos quais se encontravam imbuídos por promessas de um futuro melhor resultante do aumento de salários e ordenados.

No decorrer da campanha eleitoral ouviram-se queixas de alguns funcionários, como funcionários administrativos, copistas e ajudantes das Conservatórias e do Notariado e de outros empregados subalternos, cujos ordenados não lhes chegam para suportarem os encargos dos seus agregados familiares. Também os trabalhadores rurais se queixam do facto de não possuírem abono de família. Os lavradores queixavam-se do custo elevado dos adubos e, alguns da falta de assistência técnica por parte dos Grémios da lavoura, os quais se preocupam unicamente em vender os produtos que o lavrador utiliza. Também muitos lavradores estranham que os Grémios da Lavoura não estejam sujeitos a uma fiscalização mais severa, como acontece com as repartições públicas.

Grande parte do eleitorado manifesta também o seu descontentamento pela falta da Comarca de Lousada, que se encontra extinta, e por o concelho ainda não se encontrar dotado do Hospital Sub-Regional, cuja necessidade tanto se faz sentir.

Duma maneira geral, porém, todos esperam que as suas aspirações serão satisfeitas num futuro mais ou menos breve, confiando abertamente na acção renovadora do Estado Novo.

E essa confiança foi reafirmada pela maioria do eleitorado no passado dia 8.

Câmara Municipal de Lousada, 12 de Junho de 1958

O Presidente da Câmara

## **XV**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES**

#### ***Relatório sobre a Eleição para o Chefe de Estado realizada em 9 de Junho de 1958***

*Relatório*

1) Período Pré-eleitoral:

Não se realizou qualquer sessão pública de propaganda a favor de cada uma das candidaturas.

A Oposição do Candidato Sr. General Humberto Delgado era representada neste Concelho, segundo os jornais, por quatro indivíduos, um dos quais declarou, através da Imprensa, não ter consentido na inclusão do seu nome na referida Comissão (Doc. junto).

Todavia, e único indivíduo que, na realidade, representava aquele Candidato, era o Solicitador desta Vila Sr. António Augusto Geraldês de Magalhães que, perante mim, exibiu um cartão credencial com fotografia, autenticada pela assinatura do Sr. General Humberto Delgado.

A Oposição procurou obter a cedência de uma garagem nesta Vila para efectuar uma secção de propaganda, mas não o conseguiu por a isso se ter recusado o respectivo proprietário.

O referido Sr. Geraldês de Magalhães avistou-se comigo no dia 31 de Maio último e propôs-me um acordo eleitoral pelo qual eu me comprometeria a serem contados 500 votos ao Candidato Sr. General Humberto Delgado contra o abandono de qualquer fiscalização por parte dos seus sequazes. Rejeitei-a com o fundamento de que a tal proposta era anti-democrática e criminosa, visto a lei não admitir a possibilidade de uma transacção desta natureza. Apurados os resultados, verificou-se que, em lugar dos 500 votos, aquele Candidato apenas havia obtido 394.

Toda a propaganda foi feita directa e pessoalmente, sendo a da União Nacional, por intermédio dos Exmos. e Revmos. Párcos das Freguesias do Concelho, Presidentes e Vogais das Juntas e elementos nacionalistas.

Como nas eleições anteriores, foram distribuídos, por intermédio dos Srs. Regedores, os boletins de voto em envelopes e endereçados a cada um dos respectivos eleitores. Esta distribuição foi recomendada que tivesse lugar apenas na véspera da eleição e assim aconteceu, com excepção das 3 maiores freguesias do Concelho, onde ela, pela sua extensão, teve de ser iniciada na 6ª feira. Esta recomendação visou evitar que os delegados da Oposição conseguissem fazer troca dos boletins de voto em mão dos eleitores, manobra por demais já bem conhecida.

A Oposição também fez a distribuição de boletins de voto em todas as freguesias do Concelho.

Alguns monárquicos tinham o propósito de se absterem de votar, apesar das recomendações da Causa Monárquica; dois deles foram demovidos desse intento pela influência directa do Exmo. Senhor Dr. António Pedro Pinto de Mesquita, a solicitação minha, e que me apraz, com agradecimento, aqui fazer registar.

Pela primeira vez, e a fim de facilitar as respectivas indicações perante os cadernos eleitorais, foi mandado escrever no canto do envelope o número correspondente ao do caderno de descargas; este sistema deu óptimo resultado porque a maior parte dos eleitores era portadora do envelope e pelo referido número mais rapidamente se conseguiu a identificação do eleitor no caderno e, assim, foi possível que o acto eleitoral terminasse em todas as Assembleias duas horas depois da segunda chamada.

Para assegurar qualquer possível alteração de ordem pública foram tomadas providências, as quais, felizmente, não foi preciso utilizar.

2) Período Eleitoral

As operações eleitorais decorreram na maior calma, sem qualquer incidente e com a fiscalização de eleitores adeptos da Oposição, em 18 das 20 Assembleias do Concelho.

Foram inutilizadas apenas 2 listas, se bem que na Assembleia de Avessadas, ao proceder-se ao apuramento, se verificou terem entrado na urna 2 boletins de voto dobrados juntos, respeitantes ao Candidato Sr. General Humberto Delgado, e que a Mesa fez contar um só voto em lugar de ter inutilizado ambos os boletins, como me parece seria mais legal.

3) Período Pós-eleitoral:

Graças ao sistema adoptado de indicação, no envelope de distribuição dos boletins do número correspondente ao eleitor no caderno de descarga, como acima se referiu, foi possível concluir os trabalhos eleitorais com brevidade.

Também, em virtude de, por intermédio do Exmo. Sr. dr. Pinto de Mesquita, se terem solicitado providências para que os serviços telefónicos dos C.T.T., nas Estações Sub-Regionais, não fossem encerrados sem consulta prévia a esta Câmara Municipal, foi possível conhecer todos os resultados das Assembleias Eleitorais até às 15.30 horas.

Estes, como oportunamente se comunicou, foram de 3.442 votos para o Candidato Senhor Contra-Almirante Américo Deus Rodrigues Tomás e 394 para o Candidato Sr. General Humberto da Silva Delgado.

Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 10 de Junho de 1958

O Presidente da Câmara

***Aditamento ao Relatório Confidencial de 10.6.1958 sobre a Eleição Realizada em 8.6. 1958  
para Chefe de Estado, e em Virtude das Instruções Recebidas pela Circular  
n.º M-7/2 - L.º 12, de 17.6.1958:***

1º Como disse no relatório, formou-se uma Comissão da Oposição pelo Sr. General Humberto Delgado que, segundo os jornais, era representada pelos Drs. Diogo Fradique da Fonseca Beja, proprietário; Augusto de Castro, proprietário; José Bertino de Melo Soares, professor primário aposentado; e António Pereira Monteiro, solicitador, tendo este último declarado, através da Imprensa, não ter consentido na inclusão do seu nome na referida Comissão. Nenhum dos componentes da Comissão, porém, goza de prestígio e só poderá ter tido uma influência muito restrita no resultado eleitoral.

2º Essa Comissão limitou-se à propaganda pessoal e directa mas sem resultados, pelo menos, aparentes. Basta referir que os seus componentes residindo, respectivamente, nas áreas das Assembleias de Paredes de Viadores, Soalhães e Penhalonga, onde era de esperar a sua mais eficaz acção, obtiveram nestas também respectivamente, 5% - 3% e 4% do número de votos dos eleitores inscritos.

3º Sem fazer parte da Comissão, mas trabalhando a favor da candidatura do Sr. General e como delegado dele, salientou o Sr. António Augusto Gerales de Magalhães, solicitador, já referido no meu relatório.

4º O semanário local "O Marcoense" manteve-se, como era de esperar, ao lado dos nacionalistas.

5º Registaram-se nas Assembleias de Fornos e Paços de Gaiolo as mais elevadas percentagens de votos para a Oposição e que foram, respectivamente, de 16% e 15%. A Assembleia de Fornos, abrangia as freguesias da sede do concelho e aquelas onde se situam a maior parte das indústrias aqui instaladas - papel, moagem, massas alimentícias e serrações. Os eleitores na sua maior parte são, portanto, funcionários e operários. De uma maneira geral, os funcionários queixam-se de baixos vencimentos não equiparados aos da Organização Corporativa. Quanto aos operários, acreditaram, certamente, nas falsas miragens da propaganda da Oposição nos jornais. Os da Fábrica do Papel, por recente falência da Empresa e a consequente falta de trabalho, é possível que tenham votado na Oposição por natural reacção da situação financeira em que se encontram. Na Assembleia de Paços de Gaiolo, influiu um grupo de ferroviários da Pala (Baião) que na véspera da eleição por lá se dispersou em propaganda pessoal distribuindo algumas listas. Nas restantes Assembleias, meios rurais, apesar dos queixumes sobre a falta de protecção da lavoura e do trabalhador, os resultados foram satisfatórios.

6º e 7º - As mesas das Assembleias Eleitorais não tiveram qualquer dificuldade pois que todos os trabalhos decorreram na melhor ordem.

8º Houve fiscalização discreta e ordeira por parte de eleitores em 18 das 20 Assembleias.

9º, 10º e 11º - Os resultados que circunstanciadamente constam do documento que se junta, levam a concluir que a percentagem média de 10.28% obtida pela Oposição deve atribui-se a um frouxo reflexo das causas determinantes do resultado geral do País.

Marco de Canaveses, 25 de Junho de 1958

O Presidente da Câmara

XV

CONCELHO DE PENAFIEL

*Informação sobre o acto eleitoral*

Foi este concelho, como quase todos, surpreendido por uma vaga de hostilidade tão inesperada e falta de lógica que, sem dúvida, será erro minimizar o facto e sepultá-lo sob o entusiasmo e a tranquilidade da vitória.

Bem haja, pois, o Governo em pretender, sem tardança inquirir sobre os factores que poderão ter determinado esta espantosa e dupla anomalia: - um país em pleno, vigoroso e patente ressurgimento e que se não mostra unânime em conhecê-lo e reconhecê-lo; por outro lado um país que, em larguíssima extensão, por isto ou por aquilo, se mostra clamorosamente insatisfeito e que todavia apoia o Governo com uma maioria de 75% dos seus votos, caso único, supomos, no mundo das democracias.

Sem dúvida o infundado do descontentamento por um lado e a atitude eleitoral do descontentes por outro, constituem um problema que merece ser seriamente considerado.

Prestamos o nosso depoimento com séria preocupação de ser objectivos e sobretudo leais.

I

**Presumíveis factores de descontentamento**

1º É um factor psicológico. Parece-nos errado supor que a reacção anti-demagógica de 28 de Maio significava um repúdio geral e definitivo dos velhos hábitos liberais e democráticos, tão enraizados nos povos latinos daquém e dalém Atlântico e viáveis melhor ou pior na maioria das Nações. Se significasse trinta anos de governação sábia honesta e feliz e de doutrinação paralela intensificada por todos os meios teriam eliminado todos os vestígios dos velhos hábitos e a eleição recente não defrontaria com as dificuldades que teve de vencer.

Verifica-se que permanece um apego mais ou menos acentuado aos princípios democráticos liberais mesmo naqueles que nem por isso deixaram de votar, ainda desta vez, na situação vigente. Para muitos dos nossos a persistência da censura à imprensa, a ausência duma representação das minorias discordantes na Assembleia Nacional, certos aspectos do intervencionismo do Estado no domínio económico, são outros tantos motivos de reparo e desafeição pelo regime.

Será impossível vir ao encontro destes reparos sem comprometer a estrutura essencial e a estabilidade do regime? Antes não fosse.

2º Este factor é de ordem moral.

O contacto directo e pessoal com os eleitores acabou de nos mostrar a aflitiva falta de civismo duma grande massa eleitoral. A solicitude pelo Bem Comum é sufocada pela pressão do caso individual ou local. Confrange contar o número de votos que se negam ou apresentam difíceis só porque se pagou uma multa, ou porque se não obteve certo emprego, ou porque está intransitável um caminho, ou porque o fontanário secou na estiagem, ou porque a electricidade ainda não chegou a certo lugar, ou por muitas outras razões do mesmo teor.

Quando ripostamos com os grandiosos empreendimentos do estado, ficam indiferentes. Não lhes interessava. O que conta é o seu caso pessoal e local.

Tal atitude de espírito é lamentável. Mas existe e ameaça persistir e agravar-se. Ora se para o caso pessoal a solução é impossível, porque só se encontraria no regresso a uma "politiquice" indecorosa, o mesmo não acontece para o caso local. Este é afinal uma parcela do Bem Comum.

E pensamos então se a preocupação do monumental e do grandioso não estará sacrificando as modestas necessidades e pretensões das localidades rurais onde labuta ingratamente e sofre a gente mais sã do país.

3º Este factor é de ordem económica.

O corporativismo não conseguiu ainda captar a simpatia das classes. É mal conhecido na sua orgânica e, porque imposto de cima, aceite com relutância.

A presunção de que "iam acabar os grémios" suscitou em certos meios um entusiasmo significativo e deu, presumimos, à oposição farto contingente de votos.

Nova anomalia se verifica: foi justamente nas classes mais favorecidas pela organização corporativa, que se encontrou a maior oposição. Confronte-se a atitude dos meios provincianos e rurais com a dos meios industriais e operários. O facto apresenta-se enigmático e não se vê para fácil explicação nem remédio adequado.

Que o estudem os técnicos. Não seria desejável tornar mais eficaz a orgânica das Caixas de previdência e da assistência médico-social e mais patentes e desembaraçados os seus benefícios?

## II

### No panorama local

Factores de êxito.

Dos 4739 votantes do concelho de Penafiel votaram pelo Candidato Nacional 3728 e pelo candidato da oposição 1011, ou seja 23% apenas. Tal resultado que, em absoluto e por confronto, pode considerar-se muito bom, deveu-se a factores diversos que convém apontar e discriminar, porque, se uns são de carácter permanente e devem persistir, outros foram ocasionais e podem não se repetir do futuro.

Entre as primeiras anotamos:

a) A índole sã da gente do concelho, cristã e conservadora, ávida sobretudo de paz e sossego, receosa de aventuras perigosas e de saltos para o desconhecido.

O seu estado de espírito traduzia-se em prestações como estas: "O que nós queremos é trabalhar em paz", "Mais vale o pouco certo que o muito duvidoso"; "para melhor ninguém muda"; ou ainda uns mais cépticos, "mal por mal antes o que está".

b) A actuação directa e pessoal de elementos prestigiosos da União Nacional, onde os havia, junto de cada eleitor.

Deve frisar-se que não temos notícia de que em parte alguma se tenha recorrido aos velhos processos do caciquismo: nem prosas enganosas, nem compromissos de favoritismo, nem ameaças de qualquer espécie, nem nada que se parecesse com mendicidade de voto.

c) Trabalho exaustivo dos elementos da União Nacional, acudindo de pronto, uma e mais vezes onde quer que se revelava uma actuação mais insistente dos adversários, ou melindres mesquinhos ameaçavam a unidade política dos nossos. Pode esperar-se que este factor persista se a União Nacional for prestigiada devidamente.

Entre os segundos anotemos:

a) A reacção do sentimento religioso alarmado pela irreligiosidade e ateísmo blasfemo do candidato oposicionista, logo que o facto se tornou público. E neste particular os párocos cumpriram nobre e corajosamente o dever que a sua consciência e suas responsabilidades lhes impunham.

b) O efeito, mais elucidativo que a melhor propaganda dos tumultos e desacatos produzidos em Lisboa e Porto e Braga, acumulando-se a muitas atitudes descompostas e suspeitas dos adversários. Não parecia que fossem os melhores; mas era manifesto que os piores estavam com eles.

c) O prestígio insuperável, e Deus queira que não insubstituível, de Salazar. O povo sentiu o choque emocional de o ver tratado com desdém por um homem que pretendendo medir-se com ele se inferiorizou irremediavelmente.

### III

#### Na cidade e nas freguesias

Na cidade a votação manteve-se ao nível de 65% já verificado em eleições anteriores.

Em Novelas a oposição obteve uma pequena maioria, facto significativo, porque foi sem dúvida devido à acção dos ferroviários e de operários que trabalham no Porto e ainda de proprietários indiferentes ou hostis.

Em Paço de Sousa obtivemos uma maioria relativamente escassa. Ainda a influência de ferroviários e operários.

Em Boelhe, Vila Cova e S. Mamede mal atingimos um terço da votação, falta de elementos preponderantes da situação.

Nas restantes freguesias os resultados foram nitidamente bons e, em muitas, muito bons.



Seríamos francamente optimistas se tais resultados não tivessem exigido um esforço que pode não vir a repetir-se e se não víssemos o concelho muito desalentado pela falta de ajuda, por parte do Estado, em obras e iniciativas de extrema necessidade e urgência.

Penafiel, 13 de Junho de 1958

O Presidente da Câmara Municipal

O Presidente da Comissão Concelhia U.N.

O Vice-Presidente da Comissão Concelhia U.N.

**XVI**  
**CÂMARA MUNICIPAL DA PÓVOA DE VARZIM**

*Acto Eleitoral de 8 de Junho de 1958 na Póvoa de Varzim*

Desejava-se, e pretende-se, fazer um relatório minucioso e profundo sobre o assunto em epígrafe. A tão poucos dias, porém do acontecimento e sem, por consequência se estar perfeitamente elucidado ainda de várias circunstâncias, e dado até o pouco prazo em que é exigida a sua entrega, não se pode fazer nem se deve, para não se cometer erro, mais que não seja um relatório sucinto.

Assim, far-se-ão apenas considerações ligeiras sobre os seguintes aspectos:

- como decorreu a Campanha
- comissões da Oposição
- causas da oposição
- concorrência às urnas
- fiscalização por parte da oposição
- percentagem da votação

I

Não se fizeram sessões de propaganda no concelho. Seguiu-se o princípio de que só se fariam se a Oposição as fizesse. Isto não aconteceu, mas teve-se conhecimento de que se deram passos para fazer uma sessão, em 3 ou 4 de Junho, num dos cinemas locais, pró candidatura do Dr. Arlindo Vicente.

Imediatamente se tomaram providências para a resposta, mas breve se teve conhecimento de que a comissão desistiu, talvez porque o candidato desistira em favor do outro candidato tido como independente.

Assim, a propaganda no concelho limitou-se quase só à Campanha nacional. A Comissão de Oposição fez e distribuiu manifestos próprios a um dos quais se respondeu com o discurso que pronunciou S. Exa., o Ministro das Obras Públicas, quando visitou a Póvoa em 1

de Junho, e isto porque o manifesto da oposição prometia o porto de pesca se o sr. General Delgado vencesse as eleições.

Há ainda um facto importante a assinalar, ou seja a visita do candidato independente à Póvoa, em 16 de Maio, e que, segundo a Oposição, lhe trouxe muitos adeptos, ou devido à acção da P.S.P., considerada intempestiva e violenta, ou porque o signatário tomou parte na contra-manifestação e foi quem mandou vir o P.S.P.

## II

Embora se tenha como certo que haveria na Oposição adeptos dos dois candidatos dela, o que é certo é que só apareceu na Imprensa uma comissão tida como sendo do candidato dito independente.

Em relação ao outro candidato só se teve conhecimento dos seus elementos, tidos como dos mais avançados, pela pretensão de fazerem a sessão, já antes referida.

A Comissão, cujos nomes vieram a público, foi toda como de apoio ao candidato dito independente, mas sabe-se que outros opositoristas havia, e muitos, e de mais relevo pelos cargos que desempenham e pela posição social que ocupam.

## III

Muitos dos opositoristas são-no porque sempre o foram e outros porque apareceram agora. Os que o foram sempre e agora mais uma vez o manifestaram são sem dúvida os mais idosos e já vêm dos tempos idos. E aproveitaram, como não podia deixar de ser, o facto de a Póvoa não ter ainda o porto de pesca e o Plano de Fomento o não considerar, para conseguirem adeptos nos pescadores e nas actividades ligadas à pesca, e até no comércio.

Os que aparecerem agora são, sem dúvida, do lado mais avançado, que se tem devido à grande população da Póvoa e sua economia muito débil e ainda ao contacto diário com o Porto e com Matosinhos, como muito numeroso, e infelizmente gente mais nova.

## IV

Tem-se como muito elevada a concorrência às urnas, embora em 2 Assembleias pelos menos, a percentagem de não votantes atinja 25%, ou até mais.

Mas isto deve atribuir-se mais a falecimentos e ausências, principalmente estas, sabido como é que a Póvoa é um dos concelhos de maior contingente emigratório, para não falar, e isto já é bastante, na ausência em Matosinhos dos pescadores da Póvoa e de Aver-o-Mar.

Em todo o caso considera-se como muito boa a concorrência às urnas.

E tem-se ainda como certo que o sector fiel à Situação cumpriu o seu dever.

## V

A fiscalização por parte da Oposição exerceu-se em todas as assembleias e com toda a liberdade. Casos houve em que se sentou junta das mesas, acompanhou as descargas nos cadernos, e se mais não fiscalizou é porque não quis. Na Assembleia da Póvoa exercida ininterruptamente por vários oposicionistas e dos mais categorizados, estes foram os próprios que contaram as listas. Ao fim felicitaram a mesa pela lisura de todos os actor se agradeceram.

Nas outras assembleias, a fiscalização era feita por oposicionistas locais numas, e por oposicionistas da Póvoa, noutras.

Houve, em todas as assembleias, a maior ordem e disciplina, com excepção de uma - a de Rates - em que se receou que houvesse distúrbios de início, em virtude de um grande ajuntamento que se verificou.

## VI

A percentagem de votos a favor do candidato nacional rondou os 68%.

É considerada francamente boa, principalmente na Assembleia da vila, em que se ultrapassou 70%, e onde mais se receava, pelo que já se disse anteriormente.

Certamente que nunca se admitiu que se perdesse, mas nunca se admitiu também tão grande margem a favor. A Póvoa teve a noção exacta do seu dever. Honra lhe seja.

Nas freguesias há percentagens óptimas, há percentagens boas e há três em que a Oposição ganhou.

Pelos vistos a gratidão não é moeda corrente, antes não se verifica, pois essas três freguesias são as que mais benefícios receberam, de longe, em relação às outras, ou estavam agora a receber.

Procura-se saber de todas as razões para isto, e para já verificam-se as seguintes:

- passividade das autoridades em duas freguesias;
- deserção para o lado oposto, declarada ou encobertamente - está a verificar-se o facto - do regedor numa freguesia;
- acção do Grémio da Lavoura, criticada violentamente em 2 freguesias;
- contacto com o pequeno comércio, nas três freguesias, considerado hostil, devido ao pequeno volume de negócio;
- vida económica muito débil em 2 freguesias, uma com 4.000 almas e outra com 3.200, e em que se tem como muito espalhadas as ideias extremistas;
- influências de homens da Oposição, da própria freguesia ou da Póvoa.

É o que sucintamente, e para já, se me oferece relatar, não me dispensando de em futuro próximo tratar todos estes aspectos e outros de forma mais pormenorizada e fundamentada.

13.6.1958

O Presidente da Câmara

**XVII**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE**

Exmo. Senhor Governador Civil do Distrito do Porto

Decorrido o acto eleitoral para o acesso à Suprema Magistratura da Nação, no passado dia 8 do corrente mês, cumpre-me, com os possíveis pormenores, informar V. Exa. como se passou neste concelho de Vila do Conde a eleição do Presidente da República.

Conforme é do conhecimento de V. Exa., funcionaram neste concelho 29 assembleias eleitorais, considerando-se a sede do concelho desdobrada em duas secções - a primeira nos Paços do Concelho e a segunda nas Caxinas - com os resultados constantes do mapa anexo.

Analisando os cadernos eleitorais verificamos que havia 6.648 eleitores inscritos e que votaram 5.147 - 78.9% -, assim distribuídos:

ALMIRANTE AMÉRICO TOMÁS	3.632 votos - 70.56%
GENERAL HUMBERTO DELGADO	1.515 votos - 29.44%

tendo o Candidato Nacional mais de 2.117 votos que o seu antagonista.

Em pormenor, o mapa junto mostra-nos que o Candidato nacional foi menos votado nas Assembleias de Azurara, Modivas, Vila Chã e na 1ª Secção de Vila do Conde.

A que atribuir estes resultados?

A meu ver, a concentração das massas operárias, nomeadamente da "Têxtil" em Vila do Conde, Azurara e Árvore, e do seu funcionalismo público, incluindo os dos organismos corporativos (salvo as necessárias excepções) e dos operários da construção civil e outros ofícios, que trabalhando no Porto residem nas freguesias mais próximas dessa cidade, como Modivas, Vila Chã e Labruge, contribuiu grandemente para tais resultados.

Na 1ª Secção de Vila do Conde deve ter-se em consideração o esforço desenvolvido por um grupo de senhoras e de alguns nacionalistas para o melhor êxito desta campanha, sendo de lamentar, todavia, que o comodismo e indiferença de outros, com responsabilidades, e oportunamente chamados por mim a colaborar, só tivessem tardiamente acordado, depois da intervenção do Exmo. Senhor Dr. Braga da Cruz e do Exmo. Senhor Rússel de Sousa, o que contribuiu, tendo em conta também as razões atrás expostas, para o resultado deficitário desta Secção de Voto.

Devo esclarecer, contudo, que essa influência política é relativamente pequena e que o seu afastamento apenas causava descontentamento naqueles que sempre com entusiasmo têm lutado pelo Estado Novo e por Salazar.

Não sei se esse afastamento tinha em vista atingir Alguém que sempre, e hoje mais do que nunca, se tem batido desinteressadamente pelo Estado Novo.

Temos, porém, ainda de reconhecer que não foi só a personalidade dos opositores locais que levou as massas eleitorais contra o Candidato da Nação, mas também a vontade própria desses eleitores, ignorantes e ingratos, fiados em vás promessas de chorudos salários, que elevaram essa percentagem.

A oposição, pelos seus membros mais qualificados, fez uma rigorosa fiscalização nas Assembleias de Vila do Conde - Secção de Voto dos Paços do Concelho -, Junqueira, Azurara, Modivas, Guilhabreu e Aveleda, e dum modo geral, mais atenuada, nas restantes Assembleias.

Em toda a parte, o acto eleitoral decorreu com a maior normalidade, respeito e civismo, facto por mim verificado quando percorri todas as Assembleias eleitorais e Secção de Voto.

Temos, no fim desta Campanha, que louvar e agradecer à população rural - a mais sacrificada e a mais compreensiva - e os dirigentes nas freguesias, autoridades e nacionalistas, o esforço dispendido para o maior êxito da nossa causa e, acima de todos, ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional, nacionalista de sempre, activo e perseverante, que com a sua prestigiosa influência no concelho nos assegurou uma maior vitória.

Vila do Conde, 13 de Junho de 1958

O Presidente da Câmara

**Resultado das Eleições Presidenciais de 1958  
no Concelho de Vila do Conde**

<i>Assembleias ou Secção de Voto</i>	<i>Contra-Almirante Américo Tomás</i>	<i>General Humberto Delgado</i>
Arcos	100	7
Árvore	121	99
Aveleda	81	36
Azurara	38	105
Bagunte	183	30
Canidelo	86	3
Fajozes	106	2
Ferreiró	102	7
Fornelo	107	1
Gião	103	9

Guilhabreu	89	60
Junqueira	120	71
Labruge	145	83
Macieira	172	7
Malta	105	19
Míndelo	162	50
Modivas	52	100
Mosteiró	84	47
Retorta	68	28
Rio Mau	166	11
Tougues	79	20
Touguinha	104	9
Touguinhó	61	30
Vairão	146	0
Vila Chã	63	74
Vila do Conde (Paços do Concelho)	397	497
Caxinas	294	56
Vilar	85	35
Vilar do Pinheiro	213	19
Soma	3.632	1.515

**XVIII**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA**

Exmo. Senhor Governador Civil do Porto

Tenho a honra de submeter à apreciação de V. Exa. algumas considerações sobre os resultados do acto eleitoral neste concelho que julgo indispensáveis para a sua interpretação.

1. A principal característica da eleição, como aliás em todo o país, foi a da grande afluência às urnas; para 21.677 eleitores inscritos compareceram 14.741 votantes, ou seja 68% do total.

Sabendo-se que os cadernos eleitorais que serviram à eleição encerravam elevado número de inscrições, correspondentes a indivíduos já falecidos ou habitando actualmente outros locais, pode dizer-se que foram muito reduzidas as abstenções.

Pelas informações colhidas, estas no entretanto registaram-se apenas nas camadas conservadoras, pois se julga poder afirmar que os elementos opositoristas estiveram na sua totalidade presentes nas urnas.

O segundo aspecto a considerar e, sem dúvida, o mais expressivo é o do volume substancial de votos obtidos pela oposição no concelho: o candidato Humberto Delgado registou 7.760 votos contra 6.981 do candidato Américo Tomás, o que deu àquele uma superioridade numérica de 779 unidades.

Assim, as percentagens em relação aos eleitores inscritos e aos votantes foi, respectivamente, de 35.8 e 32.2 e, 52.7 e 47.3, para o Senhor General Humberto Delgado e para o Senhor Almirante Américo Tomás.

Muito embora a maioria conseguida pela oposição represente apenas 5.4% dos votantes, a verdade é ter ela sido mais do que suficiente para dar localmente sinal negativo ao acto eleitoral.

2. Se a justificação do facto se deve basear em circunstâncias de carácter geral, comuns ao país e à região do Porto, há que atender também a outras, específicas do concelho de Vila Nova de Gaia.

O mal estar existente em certas camadas sociais, como no funcionalismo e o operariado industrial e agrícola, derivado de uma baixa retribuição de serviços encontrou ambiente de receptividade muito favorável para promessas de melhoria da sua situação feitas numa campanha conduzida com singular conhecimento desses meios, por paradoxal que pareça a aceitação de oferta de benefícios incapazes de virem a ser concedidos.

A par disso, as manifestações permitidas no Porto ao candidato da Oposição criaram um clima de expectativa que dominou completamente os espíritos menos esclarecidos, mas que logrou vingar pela certeza que se apoderou de muitos de uma mudança de situação política para um regime que desse satisfação aos seus anseios.

Tais factores influíram de forma decisiva na massa eleitoral do concelho, constituída na sua grande maioria pela classe operária, não só das indústrias aqui instaladas, como da que, trabalhando no Porto, aqui encontra habitação a preços mais reduzidos do que na cidade, com transportes cómodos e económicos.

3. O Concelho de Gaia tem sido tradicionalmente considerado - e não sem razão - meio afecto às mais avançadas correntes de opinião.

Por isso, a Oposição escolheu para nele exercer forte actividade durante a campanha eleitoral, começando por organizar brigadas de consultas aos cadernos eleitorais em número que lhe permitisse perfeito conhecimento do recenseamento, o que deu lugar a uma possibilidade de distribuição de listas nas vésperas da eleição a todos os inscritos; foi esse um dos aspectos que maior influência exerceu nos resultados finais, simultaneamente com uma propaganda bem conduzida e orientada.

Outras circunstâncias há ainda dignas de registo.

A lavoura desde o ano findo que não esconde o seu descontentamento pela contribuição lançada sobre as videiras americanas; nas freguesias rurais, a repercussão dessa

determinação foi muito profunda e consentiu que se conseguissem para a Oposição muitos votos dos pequenos proprietários que, anteriormente, se mantinham fiéis à situação.

A vastidão do concelho e as suas grandes necessidades não estão de acordo com as receitas municipais, insuficientes para dar rápida satisfação aos melhoramentos mais urgentes; pode aqui encontrar-se também motivo de justificação dos resultados, mas sem o generalizar, porque freguesias houve que receberam benefícios recentemente e onde a votação não foi favorável.

A atitude das classes patronais, como é natural, teve posição marcante na eleição. Enquanto que nas freguesias de Lever, de Crestuma e de Arcozelo, onde existem grandes unidades industriais, a votação traduziu o espírito de compreensão dos dirigentes que se interessavam junto do seu pessoal pelo acto eleitoral, em Santa Marinha (3ª Secção), Canidelo e Valadares os resultados sofreram do desinteresse manifestado pelas gerências, ou pelo menos da sua apatia.

A confusão lançada nos meios religiosos pela propaganda da Oposição deu seus frutos: há sintomas de elementos da Acção Católica, incluindo militares femininas da J. O. C., terem votado pela Oposição em algumas freguesias do Concelho, não falando já do caso de um coadjutor de uma freguesia rural que fez abertamente propaganda contra a situação, atitude a que se pode atribuir a perda de eleição nessa freguesia; este caso foi já por nós levado ao conhecimento do Paço Episcopal.

Identicamente, o clima criado no concelho e de uma maneira que em toda a região do Porto deu lugar a deserções das nossas fileiras de elementos, ocupando algumas posições políticas de relvo. Referem-se como sintomáticas o caso do Presidente de uma Comissão Paroquial da União Nacional que já foi demitido pelo Presidente da Comissão Municipal, o de um elemento de prestígio no concelho que ainda no ano findo presidiu a uma mesa eleitoral, e o regedor substituto também já afastado das suas funções; mas muitos outros são do nosso conhecimento.

Reconhece-se ainda que o ambiente de perturbação política deu lugar em certos locais ao afrouxamento de actividade das pessoas a quem competia trabalhar o eleitorado que, sem dúvida, se ressentiu da tibieza e do desânimo que se apossou de muitos indivíduos com responsabilidades políticas ou administrativas; outras, por falta de mentalidade, de convicção política, e até por cobardia moral ou física, abstiveram-se de votar.

4. Da análise dos mapas verifica-se que a Oposição obteve vantagens em catorze freguesias, sendo em número de treze aquelas em que o candidato da União Nacional obteve a maioria. Mas deixando de lado a particularidade do caso de S. Félix da Marinha em que a diferença de 482 votos foi consequência de uma hábil política do Presidente da Junta, verifica-se que ao passo que as diferenças verificadas a favor do candidato Senhor Almirante Américo Tomás foram muito reduzidas, as maiorias obtidas pelo candidato Senhor General Humberto Delgado foram em quase todas muito significativas.

Podemos reunir as últimas em dois grupos:



1º) Freguesias suburbanas, caracterizadas por constituírem residência de operariado trabalhando fora do concelho: Avintes, Vilar de Andorinho, Oliveira do Douro, Canelas e Vilar do Paraíso;

2º) Freguesias suburbanas com indústria própria: Santa Marinha (3ª Secção - Coimbrões), Canidelo e Valadares.

Na Vila propriamente dita, deu-se o fenómeno curioso e inesperado de ter sido relativamente pequena a vantagem da Oposição: nas duas secções de voto de Mafamude, apenas de 47 votos, enquanto que nas de Santa Marinha as duas concorrentes praticamente se igualaram.

5. Se depois de uma campanha de tal vivacidade não se esperava obter resultados muito satisfatórios em concelho tão difícil politicamente como o de Vila Nova de Gaia, confessamos realmente que também não se julgava que eles fossem tão desfavoráveis.

Era de admitir que os insucessos em certas freguesias fossem compensados noutras onde era lícito admitir uma superioridade manifesta; tal não aconteceu.

Isso não deixou de constituir surpresa e de representar um índice de insatisfação - justificada ou não - mas a que há que atender para o futuro.

Se até os pescadores da Afurada que tão beneficiados têm sido se preparavam para votar em massa no candidato oposicionista!

Todos estes factos correspondem a um estado de espírito que se tornou possível, mercê de transigências e de condescendências que não se podem nem devem repetir; mas também traduzem anseios e desejos legítimos de melhoria de situação de muitos que não é justo ignorar ou procurar esquecer.

Pela nossa parte julgamos ter cumprido, em condições particularmente difíceis, a nossa obrigação; o insucesso preocupa-nos, mas não diminui a nossa fé nos princípios e nos homens, designadamente naqueles que legitimamente os representa.

Não terminaremos estas observações sem a palavra de justiça devida à colaboração, prestada com verdadeiro espírito de sacrifício, pelo ilustre Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional, a cuja actuação na campanha eleitoral é devido rasgado elogio.

Apresento a V. Exa. os meus melhores cumprimentos.

O Presidente da Câmara

## **XIX**

### **Eleições para Presidente da República Secção de Aldoar - Resumo de um Relatório**

Fui indicado para assistir à mesa desta Secção. Às 7.30 horas avistei-me com o presidente da mesa. Como não tivesse listas para ocorrer a qualquer necessidade, procurei os Senhores Dr. Sousa Machado e Dr. Albano Magalhães. Como nenhum as tivesse, fui buscá-las à U.N., às 8.45 horas.

Às 9 horas pontuais estava a chegar ao edifício onde ia funcionar a Secção.

O presidente entretanto comprometera-se com elementos da oposição no sentido de permitir a presença deles junto da urna; para fiscalizarem o acto.

Discretamente aconselhei o presidente a mandar retirar todos os que tivessem votado. Porém, devido ao seu anterior compromisso, foi um pouco difícil convencê-los. Mas como a sala tinha duas portas opostas e a mesa, colocada ao meio distava apenas 5 metros de uma porta e 3 de outra, aconselhei a que se fizesse a fiscalização de fora das portas que se manteriam abertas.

Assim se fez e a sala ficou ocupada apenas pelo pessoal de serviço e uma ou duas pessoas que entravam de cada vez para votar.

Duzentos eleitores manifestaram-nos o seu apoio ao entregar o seu voto. Foram eles que nos deram a vitória!

A princípio, indivíduos de pé descalço deitaram umas bombas aos pés dos eleitores que a oposição supunha serem nossos; formaram grande grupo em volta do edifício onde funcionava a Secção, mas como tudo começou a decorrer bem e as horas foram passando, diluiu-se essa gente e ficou reduzida a pequeno número.

Perto do fim alguns representantes mais interessados da oposição pediram, em termos correctos, para assistirem à contagem das listas, o que se autorizou.

Estes delegados que entraram na sala por volta das 13 horas e ali permaneceram até ao fim, por volta das 16.30 horas queixaram-se de várias coisas, entre as quais e principalmente da inactividade da "Fábrica dos Ingleses", dos Juizes do Tribunal do Trabalho e da Companhia Portuguesa dos Caminhos de Ferro.

Da dita fábrica, porque tem no desemprego metade da freguesia e porque isso, dizem, até se reflecte no comércio local e na Cooperativa, onde todos vão levantar as reservas que ali tinham.

Dos Juizes do Tribunal do Trabalho porque quase sempre absolvem os patrões ou então condenam-nos a fingir!

Queixaram-se da Previdência, dos salários baixos, etc., etc..mas nisso foram rebatidos e penso que convencidos de que não tinham razão e de que tinham de optar: ou pelo Comunismo, que nós combateremos por todos os meios; ou pelo corporativismo, como único regime que defende eficientemente os interesses dos trabalhadores.

Da Companhia Portuguesa dos Caminhos-de-Ferro, queixam-se de que o A.C.T. prejudicou alguns ferroviários em vez de os beneficiar e de que têm insistido para que a situação deles seja revista, mas que ainda nada conseguiram.

No fim do apuramento verificou-se que o Candidato Senhor Contra-Almirante Américo Tomás teve 352 votos e o Candidato Senhor General Delgado teve 185.

Não houve necessidade de fazer intervir a autoridade e não houve nenhum protesto.

Nunca em Aldoar houve, no dizer dos componentes da mesa, nem tanto entusiasmo, nem tanta propaganda sobretudo da oposição, nem tão grande afluência às urnas!

Os representantes da oposição abraçaram-nos à despedida, tudo acabado amigavelmente.

Porto, 8 de Junho de 1958

a) José Ferreira Gomes

## XX

### **Protesto que o Dr. Pedro Veiga na qualidade de Delegado Eleitoral do Candidato à Presidência da República Senhor General Humberto da Silva Delgado apresenta contra a genuinidade do acto eleitoral que está a decorrer.**

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Distrital de Apuramento do Distrito do Porto

O Dr. Pedro Veiga, cidadão eleitor inscrito pela freguesia de Cedofeita, na cidade do Porto, protesta na sua qualidade de Delegado eleitoral, munido de credencial devidamente reconhecida, contra a forma como tem decorrido o acto eleitoral, cujo apuramento nesta assembleia se pretende fazer.

Em 1º lugar protesta contra o facto de na Assembleia primária realizada em 8 de Junho na freguesia de Cedofeita não lhe ter sido reconhecida a qualidade de que está investido, primordial garantia de que os direitos da Oposição não seriam cerceados, a votação sofismada e os resultados conscientemente alterados.

Mantém assim o protesto apresentado na 4ª Secção da Assembleia indicada.

É, por isso, absurdo, que sendo esta assembleia mera sequência das anteriores onde não foi permitida a fiscalização e, sobretudo, a comparticipação nas operações de apuramento, exclusivamente entregues a membros notórios da União Nacional, isto é, a influentes políticos de uma das partes em causa, se procure agora sancionar os resultados com a admissão e colaboração dos delegados eleitorais adversos, cuja existência precedentemente se recusavam reconhecer. Para que se pretende, efectivamente, a presença de Delegados Eleitorais, se destruíram as listas de voto e não se pode já proceder a uma contagem honesta e à rectificação dos resultados?

Em 2º lugar protesta contra o facto dos votantes naquela assembleia não terem sido identificados, como claramente impõe o artº 58º do Dec. Lei 37.570 - não sendo admissível que em Assembleias numerosas, como aquela em que permanecemos como simples observador e onde comparecem 1.100 indivíduos a mesa se arrogue o dom de conhecer a identidade de todos os cidadãos inscritos.

É óbvio que uma votação sem preliminar identificação dos eleitores sofisme inteiramente a autenticidade do sufrágio.

O Estado Português oficialmente passa documentos de identificação aos seus nacionais e nas Repartições, Escolas, Instituições Militares, Judiciais, Administrativas e Fiscais exige que o cidadão se identifique.

É inadmissível, portanto, admitir como válida uma eleição em que se preteriu esta formalidade essencial.

Mantemos, portanto, o protesto apresentado na Assembleia de 8 de Junho.

Protestamos, finalmente, contra o facto de na 4ª Secção de Voto da freguesia de Cedofeita a mesa não ter conferido os votos entrados na urna com as descargas dos cadernos e de, em obediência, porventura, a instruções secretas, ou, se melhor lhe quadra o qualificativo, a instruções confidenciais, não ter permitido que a contagem das listas e a sua atribuição a qualquer dos candidatos fosse controlada pelos cidadãos eleitores que quisessem fazer, ordenando até o seu afastamento para além de 6 metros de distância da mesma.

Esta decisão profundamente perturbadora da dignidade do acto eleitoral e da seriedade da operação de apuramento, fere de nulidade absoluta a presente eleição e torna inteiramente inútil a presente assembleia e todas as que como se realizem no país, naqueles distritos em que de igual forma se procedeu.

Tornamos, por isso, extensivo o nosso protesto aos actos congéneres praticados em outras secções de voto, igualmente nele abrangendo outros géneros de irregularidades que tiveram livre curso em algumas assembleias, e em especial a intimidação pela força armada.

Este procedimento inqualificável e que representa um autêntico atentado aos fins de uma eleição presume, tem sempre como consequência aparecer eleito quem é proposto pelo agrupamento político que monopoliza as mesas das assembleias eleitorais e as operações de apuramento nas assembleias primárias.

Note-se, no entanto, que contrariamente a tal conduta, assembleias houve em que os seus Presidentes se sentiram diminuídos se não consentissem aos representantes da Oposição a fiscalização do acto eleitoral e das operações de apuramento.

E que esse procedimento é único admissível, correcto e legal, se deduz até das próprias declarações a 9 de Junho do Senhor Ministro do Interior, que destaca a existência dessa fiscalização em algumas secções do voto.

Em resumo: o acto eleitoral a que se está a proceder enforma de nulidade absoluta. É insanavelmente nulo.

E não me faço eco aqui de outros processos extra-legais de ganhar eleições, postos em prática em diversos e capitais centros do país - porque o conhecimento desses factos excede a competência desta assembleia.

Está fora de lógica do regime imposto à Nação portuguesa pelos beneficiários do movimento do 28 de Maio, o respeito pelo sufrágio e, portanto, pela vontade nacional livremente expressa.

Não se explica, por isso, muito bem que recorra a eleições - se de antemão não se quer sujeitar às consequências da livre expressão da vontade popular.

Actualmente, ninguém com respeito por si próprio, acredita, dentro ou fora do país, na autenticidade das eleições portuguesas ou lhe reconhece qualquer significação política.

Em conclusão: até sob este aspecto, o acto que está a decorrer é perfeitamente inútil.

Actualmente em Portugal o princípio do sufrágio, da competição, da concorrência às mais altas funções públicas, de selecção das capacidades e valores, foi suplantado pelo processo da escolha, do privilégio, da discriminação e da transmissão pessoal dos cargos e funções.

Não parece, por isso, necessário pedir ao Povo uma sanção que ele não quer dar.

Ao terminar o seu protesto, feito com absoluta isenção, o signatário solenemente afirma, o que aliás é do domínio público:

Não faz parte dos quadros de nenhum das candidaturas e não é pessoalmente hostil a nenhum dos candidatos - significando a todos eles a sua consideração: a S. Exa. o Sr. Dr. Arlindo Vicente, pelos seus elevados dotes de intelectual e artista; a S. Exa. o Sr. Almirante Américo Tomás pela nobre atitude de ética política com que em 1945, em tempos conturbados como os de hoje, soube impor-se aos espíritos facciosos e prestigiar a sua corporação; a S. Exa. o Sr. General Delgado pela coragem com que dignamente honrou o Exército Português.

Requeiro que fique consignado na acta que o signatário depois de apresentar o seu protesto, se retirou imediatamente, por não reconhecer a esta assembleia e às suas decisões qualquer validade jurídica ou política, uma vez que se falseou a Lei.

Porto, 15 de Junho de 1958

a) Pedro Veiga

**Quadro I - Resultado da Eleição do Presidente da República no Distrito do Porto- 1958**

<i>Concelhos</i>	<i>Inscritos</i>	<i>Votantes</i>	<i>Votos anulados</i>	<i>Américo Tomás</i>	<i>Humberto Delgado</i>
Amarante	5768	4423	201	3033	1189
Baião	3258	2151	13	1832	306
Felgueiras	4568	3553	1	2657	815
Gondomar	9277	7002	6	4849	2147
Lousada	3712	2012	1	1493	518
Maia	4790	3285	7	1972	1306
Marco de Canavezes	4848	3838	2	3442	394
Matosinhos	10187	6647	16	3649	2982
Paços de Ferreira	3766	2681	13	1880	788
Paredes	5679	4392	1	3165	1226
Penafiel	6274	4850	10	3729	1111
Porto	39225	27213	54	18302	8865
Póvoa de Varzim	5106	3918	8	2650	1260
Santo Tirso	9744	7456	17	4354	3085
Valongo	2853	2009	0	1439	570
Vila do Conde	6648	5166	19	3632	1515
Vila Nova de Gaia	21679	14762	47	6981	7734
Total	147382	105358	416	69059	35811

**Quadro II - Resultados das eleições presidenciais no distrito do Porto, por concelhos e assembleias eleitorais - 1958**

CONCELHO/ Assembleias	Inscritos	Votantes	Anulados	Américo Tomás	Humberto Delgado
<b>AMARANTE:</b>	<b>5768</b>	<b>4423</b>	<b>201</b>	<b>3033</b>	<b>1189</b>
Aboadela	121	76		53	23
Aboim	73	62		39	23
Amarante	681	518	119	191	208
Ansiães	90	67		61	6
Ataíde	136	85	43	42	
Bustelo	72	61		58	3
Canadelo	51	47		40	7
Candemil	94	78		64	14
Carneiro	49	38		34	4
Carvalho de Rei	53	38		27	11
Cepelos	210	127		36	91
Chapa	33	28		6	22
Figueiró (S. Cristina)	155	149	3	141	5
Figueiró (S. Tiago)	390	320	6	311	3
Fregim	141	93		68	25
Freixo de Baixo	110	94		62	32
Freixo de Cima	186	135		47	88
Fridão	103	89		65	24
Gatão	107	80		40	40
Gondar	151	116		75	41
Gouveia	112	98		87	11
Jazente	96	80		63	17
Lomba	87	69	2	63	4
Louredo	50	32		27	5
Lufrei	136	101		34	67
Madalena	161	133		70	63
Mancelos	362	292		244	48
Oliveira	73	59	7	51	1
Olo	77	66		56	10
Padornelo	104	73		30	43
Real	340	232		200	32
Rebordelo	57	48		21	27
Salvador do Monte	74	64		46	18

Sanche	44	39		30	9
Telões	321	246	20	188	38
Travanca	264	186		143	43
Várzea	40	29		16	13
Vila Caiz	197	133	1	109	23
Vila Chão do Marão	113	97		60	37
Vila Garcia	54	45		35	10
<b>BAIÃO</b>	<b>3258</b>	<b>2151</b>	<b>13</b>	<b>1832</b>	<b>306</b>
Ancede	745	480	11	448	21
Baião	645	466		437	29
Gestaço	327	228	1	163	64
S. Marinha Zêzere	294	199		143	56
STª Cruz do Douro	356	224	1	187	36
Stª Leocádia	415	236		181	55
Teixeira	181	140		135	5
Loivos da Ribeira	295	178		138	40
<b>FELGUEIRAS</b>	<b>4568</b>	<b>3553</b>	<b>1</b>	<b>2657</b>	<b>815</b>
Sede do Concelho	972	808		584	224
Lixa	1013	697		497	240
Airães	649	516		431	85
Jugueiros	354	244		194	50
Barrosas	307	241		206	35
Sousa	221	182		133	49
Longra	282	215		157	48
Pombeiro	478	234	1	285	49
Regilde	292	245		210	35
<b>GANDOMAR</b>	<b>9277</b>	<b>7002</b>	<b>6</b>	<b>4849</b>	<b>2147</b>
Covelo	261	181		119	62
Fânzeres	651	570		543	27
Foz do Sousa	927	372		228	144
Gondomar (S. Cosme)	1499	1206	2	815	389
Jovim	449	435		302	133
Lomba	249	221		217	4
Medas	344	254		134	120
Melres	379	371	2	366	3



Rio Tinto	2718	1978		1164	814
S. Pedro da Cova	743	687	1	478	208
Valbom	1057	727	1	483	243
<b>LOUSADA</b>	<b>2712</b>	<b>2012</b>	<b>1</b>	<b>1493</b>	<b>518</b>
Lousada	698	480	1	381	98
Vilar Torno e Alentem	588	444		321	123
Lustosa	408	308		214	94
Nevogilde	456	319		204	115
Ordem	335	314		289	25
Meinedo	227	147		84	63
<b>MAIA</b>	<b>4790</b>	<b>32857</b>	<b>7</b>	<b>1972</b>	<b>1306</b>
Paços do Concelho	570	440	3	330	107
Moreira	669	387	2	205	180
Águas Santas	1247	655	1	322	332
Nogueira	367	315	1	204	110
Folgosa	392	224		66	158
S. Pedro Fins	190	143		61	82
Castelo da Maia	987	775		516	259
Milheirós	368	346		268	78
<b>MARCO CANAVEZES</b>	<b>4848</b>	<b>3838</b>	<b>2</b>	<b>3442</b>	<b>394</b>
Alpendorada e Matos	228	186		159	27
Ariz	250	204	1	176	27
Avessadas	105	70		56	14
Carvalhosa	126	71		64	7
Constance	216	169		160	9
Folhada	86	84		83	1
Fornos - Vila Marco	566	427	1	339	87
Freixo	212	174		161	13
Maureles	51	62		62	
Paços de Gaiolo	147	86		65	21
Paredes de Viadores	150	124		116	8
Penhalonga	139	130		124	6
Sande	467	406		395	11
Soalhães	388	372		360	12

Tabuado	117	95		94	1
Toutosa	271	211		189	22
Várzea do Douro	223	179		165	14
Várzea de Ovelha e Aliviada	343	237		199	38
Vila Boa do Bispo	279	214		195	19
Vila Boa de Quires	484	337		280	57
<b>MATOSINHOS</b>	<b>10187</b>	<b>6647</b>	<b>16</b>	<b>3649</b>	<b>2982</b>
Custóias	544	348		130	218
Guifões	431	276		93	183
Lavra	726	537		290	247
Leça do Balio	777	392		148	244
Leça da Palmeira	1686	1130	3	675	452
Matosinhos	2448	1606	3	1072	521
Perafita	757	615	6	322	287
S. Cruz do Bispo	356	297		165	132
S. Mamede de Infesta	1727	957	2	490	465
Sª da Hora	735	499	2	264	233
<b>PAÇOS FERREIRA</b>	<b>3766</b>	<b>2681</b>	<b>13</b>	<b>1880</b>	<b>788</b>
Freamunde	695	539		397	142
Frazão	935	588	13	367	208
Figueiró	595	499		314	185
Meixomil	609	445		291	154
Paços de Ferreira	932	610		511	99
<b>PAREDES</b>	<b>5679</b>	<b>4392</b>	<b>1</b>	<b>3165</b>	<b>1226</b>
Aguiar de Sousa	170	100		97	3
Astromil	90	69		58	11
Baltar	291	223		149	74
Besteiros	117	87		42	45
Bitarães	414	354		302	52
Castelões de Cepeda	570	456		321	135
Cete	251	182		89	93
Crsetelo	120	105		86	19
Duas Igrejas	200	158		147	11
Gandra	289	215	1	151	63

Lordelo	624	537		450	87
Louredo	148	125		69	56
Mouriz	323	237		194	43
Parada	127	99		50	49
Rebordosa	570	459		313	146
Recarei	441	336		246	90
Sobreira	395	239		99	140
Sobrosa	167	113		71	42
Vandoma	141	102		76	26
Vilela	231	196		125	41
<b>PENAFIEL</b>	<b>6274</b>	<b>4850</b>	<b>10</b>	<b>3729</b>	<b>1111</b>
Abragão	248	176		175	1
Boelhe	156	128		69	59
Bustelo	209	147		95	52
Cabeça Santa	167	136		106	30
Canelas	182	174		164	10
Capela	108	97		90	7
Castelões	163	116		111	5
Croca	129	124		113	11
Duas Igrejas	178	145		113	32
Eja	110	85		75	10
Figueira	46	44		41	3
Fonte Arcada	174	136		123	13
Galegos	171	139		120	19
Guilhufe	183	144		113	31
Irivo	151	111		86	25
Lagares	208	166		157	9
Luzim	88	71		68	3
Marecos	91	72		59	13
Milhundos	84	62		48	14
Novelas	156	102		33	69
Oldrões	125	110	5	95	10
Paço de Sousa	316	208	1	118	89
Paredes	89	76		57	19
Penafiel	1114	727	3	465	259
Peroselo	108	89		61	28
Pinheiro	161	124		96	28

Portela	117	106		92	14
Rans	90	71		63	8
Recesinhos S. Mamede	94	71		37	34
Recesinhos S. Martinho	188	151		123	28
Rio de Moinhos	205	182		162	20
Santa Marta	54	46		24	22
Santiago de Subarrifana	52	45		37	8
Sebolido	258	229	1	163	65
Urrô	71	65		45	20
Valpedre	159	119		98	21
Vila Cova	76	56		34	22
<b>PORTO</b>	<b>39225</b>	<b>27213</b>	<b>54</b>	<b>18302</b>	<b>8865</b>
Bonfim	5468	3853	5	2265	1583
Campanhã	4145	3708		1831	877
Paranhos	5012	3362	8	1862	1496
S. Ildefonso	4434	2872	8	1675	1200
Sé	1774	1314	1	1037	276
Aldoar	749	537		352	185
Cedofeita	5671	3968	19	2771	1179
Foz do Douro	1329	1007	4	788	215
Lordelo do Ouro	1995	1266		821	445
Massarelos	1739	1394	2	1073	319
Miragaia	960	690	2	481	209
Nevogilde	876	601		494	107
Ramalde	2679	1796	2	1355	439
S. Nicolau	959	770	2	704	64
Vitória	1435	1075	1	803	271
<b>PÓVOA DE VARZIM</b>	<b>5106</b>	<b>3918</b>	<b>8</b>	<b>2680</b>	<b>1260</b>
Aguçadoura	423	330		130	200
Amorim	284	205		146	59
Argivai	113	100		41	59
A-ver-o-mar	542	344		146	198
Balazar	285	262		223	39
Beiriz	260	195		126	69
Estela	254	192		143	49
Laundos	165	134		109	25

Nabais	246	200		152	48
Póvoa de Varzim	2000	1502	8	1047	447
Rates	260	238		228	10
Terroso	274	216		159	57
<b>SANTO TIRSO</b>	<b>9744</b>	<b>7456</b>	<b>17</b>	<b>4354</b>	<b>3085</b>
Agrela	143	122		117	5
Agualonga	142	112	1	93	18
Alvarelhos	279	192	9	116	67
Areias	298	257		180	77
Aves	1084	617		279	338
Bougado (S. Martinho)	618	559	1	302	256
Bougado (S. Tiago)	397	265		162	103
Burgães	329	281		154	127
Campo (S. Martinho)	313	256	1	118	137
Carreira	87	73		62	11
Coronado (S. Mamede)	252	202		170	32
Coronado (S. Romão)	209	154		104	50
Couto (S. Cristina)	299	245	2	122	121
Couto (S. Miguel)	52	43		17	26
Covelas	106	98		87	11
Guidões	144	124		63	61
Guimarei	95	87		73	14
Lama	158	156	2	81	73
Lamelas	115	79		51	28
Monte Córdova	281	228		192	36
Muro	188	147		83	64
Negrelos (S. Mamede)	102	92		66	26
Negrelos (S. Tomé)	478	431		223	203
Palmeira	158	133		77	56
Rebordões	616	431		151	280
Refojos	135	121		87	34
Reguenga	255	198		137	61
Roriz	406	344		192	152
Santo Tirso	1659	1084	1	660	423
Sequeirô	150	142		47	95
Vilarinho	196	183		88	95

<b>VALONGO</b>	<b>2853</b>	<b>2009</b>		<b>1439</b>	<b>570</b>
Alfena	293	235		176	59
Campo	481	374		243	131
Ermesinde	785	497		337	160
Sobrado	440	345		301	44
Valongo	854	558		382	176
<b>VILA DO CONDE</b>	<b>6648</b>	<b>5166</b>	<b>16</b>	<b>3632</b>	<b>1515</b>
Arcos	112	107		100	7
Árvore	268	220		121	99
Aveleda	155	117		81	36
Azurara	226	143		38	105
Bagunte	251	213		183	30
Canidelo	100	89		86	3
Fajozes	120	108		106	2
Ferreiró	125	109		102	7
Fornelo	120	108		107	1
Gião	125	112		103	9
Guilhabreu	175	149		89	60
Junqueira	247	191		120	71
Labruge	286	228		145	83
Macieira	211	179		172	7
Malta	141	124		105	19
Mindelo	258	214		162	50
Modivas	217	152		52	100
Mosteiró	155	131		84	47
Retorta	116	96		68	28
Rio Mau	191	177		166	11
Tougues	102	99		79	20
Touguinha	125	115	2	104	9
Touguinhó	128	97	6	61	30
Vairão	155	146		146	
Vila Chã	216	137		63	74
Vila do Conde	1895	1252	8	691	553
Vilar	156	121	1	85	35
Vilar do Pinheiro	272	232		213	19
<b>VILA N. DE GAIA</b>	<b>21679</b>	<b>14762</b>	<b>17</b>	<b>6981</b>	<b>7734</b>

Afurada	565	388		233	155
Arcozelo	796	548		286	262
Avintes	1184	752		227	525
Canelas	572	445		112	333
Canidelo	848	599	1	193	405
Crestuma	481	419		248	171
Grijó	890	560		251	309
Gulpilhares	386	306		186	120
Lever	638	516	1	374	141
Madalena	598	461		226	235
Mafamude	2603	1472	3	711	758
Olival	451	377		212	165
Oliveira do Douro	1580	903	1	340	562
Pedroso	1585	1134		681	453
Perosinho	478	310		166	144
S. Felix da Marinha	620	574	4	526	44
Sandim	610	420		192	228
Santa Marinha	3594	2237	5	977	1225
Seixezelo	114	79		48	31
Sermonde	152	103		53	50
Serzedo	603	455		178	277
Valadares	916	634	2	231	401
Vilar do Andorinho	619	485		114	371
Vilar do Paraíso	794	585		216	369